

## Clipping sobre o desastre ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro

**09 FEV**

### Teresópolis realiza hoje demolições em áreas de risco

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,teresopolis-realiza-hoje-demolicoes-em-areas-de-risco,677758,0.htm>

10 de fevereiro de 2011 | 11h 17

MARÍLIA LOPES - Agência Estado

A prefeitura de Teresópolis inicia hoje as primeiras demolições em áreas de risco afetadas pelas chuvas na região serrana do Rio de Janeiro. Ao todo, 18 imóveis serão demolidos após vistoria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil. Segundo a secretaria, os locais serão reflorestados para evitar futuras ocupações.

Os imóveis só serão demolidos com a permissão dos proprietários. Cada família que teve a residência condenada pela Defesa Civil poderá receber indenização do governo estadual, se inscrever no programa de aluguel social enquanto são construídos condomínios habitacionais ou participar do programa de compra assistida, em que o morador receberá o valor correspondente à avaliação feita do seu imóvel, sendo que o dinheiro só poderá ser aplicado na compra de nova moradia.

Até o momento, 1.590 imóveis foram interditados em Teresópolis e as famílias cadastradas para receber o aluguel social. O próximo passo será a construção das habitações populares

**08 FEV**

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/872732-senadora-nega-que-mudanca-no-codigo-florestal-aumente-desastres.shtml>

08/02/2011 - 21h31

### Senadora nega que mudança no Código Florestal aumente desastres

DE BRASÍLIA

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) rebateu nesta terça-feira críticas de ONGs de que as mudanças propostas no Código Florestal, em tramitação no Congresso tenham ligação com desastres como os deslizamentos na serra fluminense.

[Leia cobertura sobre as chuvas na região serrana do Rio](#)

No último dia 17, o Greenpeace afirmou que desmatamentos e ocupação de encostas, somados às chuvas cada vez mais intensas, são a "combinação perfeita" para tragédias como a da [região serrana](#), no mês passado, ou a de [Santa Catarina](#), em 2008.

Reportagem da **Folha** no último dia 16 afirma que o projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que deverá ser votado no mês que vem no plenário da Câmara, [aumenta o risco](#) de desastres por não considerar encostas e topos de morro como áreas de preservação permanente -- portanto, vedadas à ocupação.

"Aconteceu uma tragédia no Rio de Janeiro e isso foi usado pelo Greenpeace e outras ONGs para atacar o Código Florestal Brasileiro. Isso é o máximo do desespero", disse Kátia, para quem as ONGs agiram com "desumanidade".

"Todas as tragédias deste ano e de anos anteriores foram em morros florestados, não desmatados", continuou a senadora, em entrevista coletiva na sede da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Ela estava acompanhada de Gustavo Curcio, pesquisador da Embrapa Florestas segundo o qual deslizamentos desse tipo (chamados pelos geólogos de "fluxos de massa") ocorrem independentemente de a encosta estar alterada ou não.

"Se você tem uma floresta totalmente intacta lá em cima e tira a base dela lá embaixo, o solo desce", afirmou. "Se você tiver uma altura de chuvas maior do que o solo [pode aguentar sem se liquefazer], ele migra. Se o evento [meteorológico] é monstro, não há solo ou evapotranspiração de floresta que dê conta de tirar a umidade."

## Chega a 882 nº de mortos na região serrana do RJ

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,chega-a-882-n-de-mortos-na-regiao-serrana-do-rj,676894,0.htm>

PEDRO DA ROCHA - Agência Estado

Aumentou o número de mortos na região serrana do Rio de Janeiro em consequência das chuvas do final de ano. Em boletim divulgado pela Polícia Civil do Rio na tarde de hoje as mortes chegam a 882.

A cidade que contabiliza o maior número de vítimas na tragédia é Nova Friburgo, com 422. Teresópolis vem em seguida, com 363; Itaipava com 71; Sumidouro com 21; São José do Rio Preto com quatro e Bom Jardim com uma pessoa morta completam a lista.

**07 FEV**

## Nova Friburgo-RJ confirma morte por leptospirose

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,nova-friburgo-rj-confirma-morte-por-leptospirose,676410,0.htm>

07 de fevereiro de 2011 | 18h 06  
PEDRO DA ROCHA - Agência Estado

A cidade de Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio de Janeiro, tem 40 casos de leptospirose confirmados e uma morte de um homem pela doença, desde os deslizamentos causados pelas chuvas que mataram 421 pessoas no município.

A leptospirose é causada pela bactéria leptospira, presente na urina dos roedores. Em contato com enchentes e enxurradas, nas quais a urina desses animais presente em esgotos e bueiros mistura-se à água e à lama, o homem pode se infectar. Os sintomas da leptospirose são dor de cabeça e dores no corpo (principalmente na panturrilha), calafrios e fraqueza.

## Estudo tenta prever enchentes e deslizamentos em áreas de risco

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/02/07/interna\\_ciencia\\_saude,236387/estudo-tenta-prever-enchentes-e-deslizamentos-em-areas-de-risco.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/02/07/interna_ciencia_saude,236387/estudo-tenta-prever-enchentes-e-deslizamentos-em-areas-de-risco.shtml)

Publicação: 07/02/2011 09:20 Atualização:

**Belo Horizonte** — Com o objetivo de reduzir as perdas humanas, a ciência pode assumir posição de destaque na busca para entender cada vez melhor as manifestações do meio ambiente. O engenheiro hidráulico e pesquisador Wilson Fernandes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolveu uma pesquisa para calcular a probabilidade de inundações em áreas de risco e, assim, permitir que autoridades possam alertar moradores sobre as características dos locais onde vivem. Se ocorresse na prática, seria uma forma de evitar tragédias como a da região serrana do Rio de Janeiro, ocorrida no mês passado e com consequências ainda visíveis, e problemas que assolam também Minas Gerais, São Paulo e o Sul do país.

“A natureza fornece muitas pistas para entendermos como seus componentes funcionam. Podemos calcular chances de certas áreas sofrerem inundações a partir de várias marcas que ficam com o tempo. Durante as cheias, por exemplo, a água deixa sinais nas árvores, o que evidencia a dimensão da cheia em períodos anteriores. O desabamento de encostas também pode ser analisado, com a descoberta de sedimentos que foram transportados pelas águas. Dessa forma, é possível combinarmos os trabalhos de botânica, geologia e engenharia para entender como o meio ambiente funciona e, assim, chegar até probabilidades mais concretas e confiáveis”, explica Wilson.

O mapeamento das áreas de risco e a definição de cada curso de água podem ajudar no trabalho das defesas civis na prevenção de tragédias. Municípios com maior tendência de sofrer com as enchentes e deslizamentos de terras, quando avisados das

fortes chuvas, podem se organizar e retirar os moradores que correm risco de morte.

“Os dados de vazão dos rios permitem cálculos precisos sobre até que ponto ele pode chegar, mas é fundamental que o monitoramento seja feito por períodos longos. São 20, 30 anos colhendo estatísticas para alcançar probabilidades cada vez mais exatas. Somando às análises mais convencionais outras fontes de dados, o trabalho fica cada vez mais preciso”, diz o pesquisador.

Por outro lado, o estudo mineiro apontou uma dificuldade maior para a prevenção de problemas com enchentes em áreas urbanas, onde as evidências deixadas pelas inundações e desabamentos não ficam muito tempo sem ser modificadas. “Nas grandes cidades, a ocupação desordenada acaba descaracterizando o uso do solo. É menos viável perceber os sinais da natureza nos locais onde ela foi muito transformada, os cursos dos rios são alterados e até a absorção é diferente”, acrescenta.

### **Atraso brasileiro**

As recorrentes tragédias em território brasileiro que resultam em milhares de vítimas tornam esse tipo de estudo obrigatório para os centros de pesquisas de países que convivem com a questão. Mas, na prática, a realidade é outra, e o Brasil continua atrasado nas tecnologias que lidam com os desastres ambientais. Prova disso é o despreparo para lidar tanto com a prevenção como com a tragédia em si, quando ela ocorre.

“Infelizmente, ainda estamos dando os primeiros passos nesse tipo de estudo. Durante as pesquisas nos Estados Unidos e na Espanha, conseguimos dados expressivos que ajudam nos cálculos. Aqui, fica aquele sentimento de frustração com as poucas ferramentas a que temos acesso. Mas estamos começando a caminhar e isso já significa alguma coisa”, diz Fernandes.

Com o objetivo de diminuir o número de mortes nas tragédias e de prevenir de maneira mais eficiente as possíveis catástrofes, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) lançou no mês passado o Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais. “Nossa proposta é proteger e salvar vidas o mais rapidamente possível. Queremos levar informações precisas para que os órgãos públicos consigam mover as pessoas que devem ser realocadas. Temos que sistematizar todas as bases de informação, padronizar e cruzar os dados de cada local. Então, poderemos alertar as prefeituras e a defesa civil do que vem pela frente”, explica Carlos Nobre, secretário de Políticas e de Programas de Pesquisa do MCT e coordenador do sistema.

Porém a implantação do programa — que vai mapear detalhadamente cerca de 500 áreas de risco em todo o país e outras 300 regiões sujeitas a inundações — deve ocorrer somente daqui a quatro anos. Até lá, muitas áreas continuarão descobertas, à mercê da natureza. “O prazo viável para que o sistema consiga cobrir todo o território é mais longo, mas já temos atividades em curto prazo, com áreas que já estão mapeadas e poderão ser monitoradas até o fim deste ano. No Rio de Janeiro, por exemplo, o trabalho já está sendo feito e vamos poder cruzar os dados das chuvas com as características de cada município”, afirma Nobre.

Para o secretário do MCT, o atraso brasileiro está ligado às condições climáticas favoráveis no país, que não criou uma cultura de preparação para os desastres. “Em muitos países, os sistemas de prevenção são completos. O Japão, onde os terremotos e tsunamis são mais frequentes, tem uma preparação mais desenvolvida, com treinamentos realizados com crianças desde cedo, para lidar com situações de emergência. E até em países menos desenvolvidos, como Venezuela e Peru, as sociedades são mais bem preparadas para esse tipo de crise, com indicação de soluções simples, que devem ser sempre levadas em conta. Podemos aprender com esses modelos já em andamento”, acrescenta Carlos Nobre.

*"Nas grandes cidades, a ocupação desordenada descaracteriza o uso do solo. É menos viável perceber os sinais da natureza nos locais onde ela foi muito transformada"*

Wilson Fernandes, pesquisador da UFMG

**06 FEV**

**05 FEV**

**04 FEV**

## Ministro da Saúde anuncia equipe de resgate para atuar no país

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-saude-anuncia-equipe-de-resgate-para-atuar-no-pais,675380,0.htm>

04 de fevereiro de 2011 | 17h 37  
REUTERS

Depois da tragédia que deixou quase 900 pessoas mortas na região serrana do Rio de Janeiro, o governo decidiu criar uma equipe nacional de resgate ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS), informou nesta sexta-feira o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Segundo ele, a força nacional vai atuar em casos de tragédias causadas por fenômenos naturais e contará com a participação de profissionais da área médica de todo o Brasil.

Padilha chamou a equipe de "SWAT brasileira", numa referência à tropa de elite da polícia norte-americana acionada em momentos cruciais.

"Essa vai ser a SWAT da saúde brasileira no país", afirmou a jornalistas, o ministro. "A idéia é ter profissionais para serem mobilizados em situações críticas como aqui na

região serrana... é uma estrutura nacional mobilizada com parcerias com Estados, municípios e Forças Armadas", completou Padilha.

A equipe contará com médicos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), profissionais das redes municipal e estadual de saúde e do Exército, além de voluntários.

Os profissionais que vão integrar a equipe passarão por cursos de capacitação em universidades e escolas de excelência a cada três meses e terão à disposição equipamento e materiais do ministério e das Forças Armadas, de acordo com Padilha.

"Hoje, nós já temos no Ministério da Saúde cerca de 100 profissionais capacitados para integrar essa equipe. São funcionários que já atuaram em situações de emergência, inclusive após o terremoto ocorrido no Haiti... há outros 4 mil cadastrados também", afirmou.

Desde o temporal na região serrana do Rio, no mês passado, uma série de medidas já foi anunciada como a criação de um sistema nacional de alerta e fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil municipal, além de criação de ao menos três unidades das Forças Armadas para atuar rapidamente na ajuda a municípios atingidos por catástrofes naturais.

**03 FEV**

## Governo terá unidades para agilizar ajuda a vítimas

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-tera-unidades-para-agilizar-ajuda-a-vitimas,674938,0.htm>

03 de fevereiro de 2011 | 18h 27

EDUARDO KATTAH - Agência Estado

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, disse hoje que nos próximos dias será publicado o decreto federal com a criação de cinco "unidades de pronta-respostas" nas Forças Armadas para agilizar o atendimento a vítimas de tragédias naturais, como a que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro e deixou mais de 800 mortos. A medida prevê a construção de cinco centros regionais militares especializados no atendimento imediato de populações atingidas por desastres ambientais.

O ministro se encontrou com o governador Antonio Anastasia (PSDB) e os dois anunciaram a liberação de R\$ 70 milhões para reparar danos provocados pelas chuvas em Minas Gerais. Do total, R\$ 50 milhões serão repassados pelo governo federal e R\$ 20 milhões pela administração estadual. Os recursos serão destinados inicialmente para os 52 municípios que estão com processos de situação de emergência homologados pelo governo mineiro.

Anastasia havia solicitado à presidente Dilma Rousseff um repasse emergencial de R\$ 250 milhões. Bezerra observou as "limitações" do Orçamento federal. "Foram disponibilizados para a Secretaria Nacional de Defesa Civil, através de créditos extraordinários, R\$ 700 milhões para enfrentar todas as situações que estamos vivenciando no Brasil, de forma particular na região serrana do Rio de Janeiro. Até o presente momento já liberamos recursos superiores a R\$ 300 milhões", disse.

Em Minas, desde o início do período chuvoso, 113 municípios decretaram situação de emergência. Deste total, de acordo com o governo, 52 processos já foram homologados pelo Estado, sendo que apenas 8 foram reconhecidos pelo governo federal. No Estado, até o momento, foram registradas 17 mortes em decorrência das chuvas.

### **Releitura**

O ministro reiterou que o governo vem fazendo uma ampla "releitura" da legislação, principalmente do Estatuto da Cidade e da Lei do Uso do Solo Urbano para a adoção de medidas que possam "coibir" as habitações em áreas irregulares. "E a gente possa ter uma política de remoção dessas habitações em áreas irregulares para as áreas mais seguras", disse.

## **Sobe para 872 o número de mortos pelas chuvas na Região Serrana do Rio**

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sobe-para-872-o-numero-de-mortos-pelas-chuvas-na-regiao-serrana-do-rio,674695,0.htm>

Nova Friburgo ainda é a cidade com maior número de mortes: 421; 427 pessoas estão desaparecidas

03 de fevereiro de 2011 | 1h 59

RIO - O número de mortos em consequência das fortes chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro entre 11 e 12 de janeiro chegou a 872 nesta quarta-feira, 2, segundo o último boletim da Polícia Civil do estado.

As inundações e deslizamentos, segundo os números divulgados pela Agência Brasil, deixaram 421 mortos em Nova Friburgo, 354 em Teresópolis, 71 em Petrópolis, 21 em Sumidouro, quatro em São José do Vale do Rio Preto e um em Bom Jardim.

De acordo com os relatórios mais recentes, o Ministério Público do Rio de Janeiro considera que 427 pessoas estão desaparecidas, quatro mais que os registrados na terça-feira.

Já a Secretaria de Saúde do estado, com dados da Defesa Civil, manteve nesta quarta-feira em 8.777 o número de pessoas que perderam suas casas e em 20.790 os que precisaram abandonar seus lares

# Cidades têm 28 casos de leptospirose confirmados

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110203/not\\_imp674629,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110203/not_imp674629,0.php)

03 de fevereiro de 2011 | 0h 00

Segundo a Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio, foram confirmados 28 casos de leptospirose até ontem nas cidades da região serrana atingidas pelas chuvas de 12 de janeiro.

Os casos foram registrados nas cidades de Nova Friburgo (26) e Teresópolis (2). Técnicos da Subsecretaria permanecem fazendo o serviço de busca ativa, para detecção precoce de pacientes com possíveis sintomas da doença.

Segundo a subsecretária de Vigilância em Saúde, Hellen Miyamoto, o número ainda não configura um surto de leptospirose na região.

Ontem, uma ponte provisória foi instalada pelo Exército para restabelecer o tráfego entre o bairro de São Miguel e o centro do município de Bom Jardim. A ponte possibilitará também o acesso à RJ-116, que liga Itaboraí a Laje do Muriaé - interrompido desde o início da catástrofe.

A ponte provisória é a primeira de três que estão sendo instaladas pelo Exército nos municípios atingidos pelas chuvas. As outras duas ficam em Teresópolis e Sumidouro - as definitivas serão erguidas pelos municípios, assim como outras 185 pontes destruídas.

**02 FEV**

## Leia a íntegra da mensagem de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional

02 de fevereiro de 2011 | 17h 40

**(...)** Conclamo as senhoras e os senhores representantes do Poder Legislativo, governadores e prefeitos a se reunirem em torno de um pacto de avanço social neste País. Uma parceria sólida que acabe com a miséria, que amplie e melhore o acesso à saúde e educação, que garanta a segurança e que proporcione às brasileiras e aos brasileiros oportunidades reais de crescimento social.

Este pacto pode ter como símbolo o esforço deste Governo - e, tenho certeza, das senhoras e dos senhores também - para que nunca mais se repita a



tragédia das chuvas que roubaram centenas de vidas e destroçaram os sonhos de milhares de famílias na Região Sudeste neste início de ano.

Nenhum país é imune aos riscos de tragédias naturais. Mas, no Brasil, não podemos - e não iremos - esperar o próximo ano, as próximas chuvas para chorar as próximas vítimas. Determinei, junto aos ministros responsáveis, a implantação de um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais.

A partir da conjugação de dados meteorológicos e geofísicos será possível alertar para que as populações sejam retiradas das áreas de risco. Durante décadas, criou-se uma cultura em que a Defesa Civil limitou-se a trabalhar apenas com foco em emergências. O que aconteceu na região serrana do Rio mostra que isso não pode continuar. Investiremos pesadamente na geração de dados confiáveis que possam alertar a população a tempo e com precisão; apoiaremos os Estados na identificação das áreas de risco; juntamente com os Municípios, realizaremos obras de prevenção; e ofereceremos aos moradores das áreas atingidas a possibilidade de novas habitações, através do programa Minha Casa, Minha Vida. (...)

**01 FEV**

**31 JAN**

31/01/2011 - 20h03

## Governo deve editar medida provisória sobre áreas de risco

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/868661-governo-deve-editar-medida-provisoria-sobre-areas-de-risco.shtml>

**BRENO COSTA**  
DE BRASÍLIA

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) descartou nesta segunda-feira, após reunião com o presidente em exercício Michel Temer e outros quatro ministros, eventuais alterações constitucionais para melhor regular o combate à ocupação de áreas de risco no país. De acordo com o Cardozo, o governo deverá optar por uma medida provisória, a ser editada dentro de duas semanas, para garantir que novas áreas de risco não venham a ser ocupadas.

Em relação a residências já erguidas em áreas de risco, no entanto, a nova regulamentação não deverá trazer novidades práticas.

"[O objetivo é] fechar a porta para ocupação de novas áreas de risco e tentar tratar de forma mais adequada possível as existentes", afirmou Cardozo, no Palácio do Planalto, após a reunião.

Segundo o ministro, antes de o texto ser finalizado, provavelmente na semana que vem, e apresentado à presidente Dilma Rousseff, os ministérios farão aprofundamentos técnicos nos pontos levantados na reunião de hoje.

A ideia geral, de acordo com Cardozo, é, além de "melhor disciplinar" o uso e ocupação do solo, é garantir a aplicação de dispositivos legais já existentes, via Estatuto das Cidades, criado em 2001.

## CONSTITUIÇÃO

Pela Constituição, a União não tem poderes de promover uma desocupação de áreas de risco irregularmente ocupadas. José Eduardo Cardozo, no entanto, disse que "está descartada" uma alteração constitucional e afirmou que o governo fornecerá "mecanismos e incentivos" para que essas áreas sejam desocupadas. Contudo, não deu detalhes.

"Há situações bastante díspares no Brasil inteiro e que merecem um tratamento adequado. Uma coisa é fechar a porta daqui pra frente, outra coisa é como é que vai se tratar a situação que existe, sem que exista descaso, mas considerando a realidade que efetivamente nós temos, que também tem uma dimensão social. A nossa ideia é fornecer mecanismos e incentivos que possam viabilizar isso e, ao mesmo tempo, monitorar situações de risco de calamidade", afirmou o ministro.

Na primeira reunião entre Cardozo e Michel Temer para tratar das alterações na legislação atual, no último dia 19, a expectativa era de que, já na abertura do ano legislativo, na quarta-feira, o governo apresentasse medidas a serem votadas em caráter de urgência. Além disso, uma medida provisória já deveria ter sido editada na semana passada, segundo o planejamento inicialmente anunciado.

31/01/2011 - 15h01

## Nova Friburgo confirma dez casos de leptospirose após chuvas

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/868441-nova-friburgo-confirma-dez-casos-de-leptospirose-apos-chuvas.shtml>

DA AGÊNCIA BRASIL

O município de Nova Friburgo registra dez casos confirmados de leptospirose, depois das fortes chuvas que atingiram a região serrana fluminense no último dia 12. De acordo com o boletim divulgado nesta segunda-feira pela Divisão de Epidemiologia da Fundação Municipal de Saúde, também há 37 pessoas que apresentaram alguns dos sintomas da doença, mas ainda aguardam confirmação dos exames laboratoriais.

Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura, todos os pacientes que tiveram o diagnóstico confirmado estão sendo acompanhados por equipes médicas do município e passam bem. Não foi necessário fazer internação.

A prefeitura também informou que considera baixo o número de infectados diante dos estragos causados pelas chuvas na região.

Entre os sintomas da leptospirose estão febre, dor de cabeça e dores pelo corpo -- principalmente na panturrilha. Eles podem aparecer até 30 dias depois do contato com a água contaminada. A doença é tratável, mas é preciso que o diagnóstico seja realizado o mais rápido possível.

# Teresópolis quer ampliar beneficiados por aluguel social; mortos chegam a 848

Moradores foram à prefeitura reivindicar benefício e pedido será enviado à secretaria estadual

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,teresopolis-quer-ampliar-beneficiados-por-aluguel-social-mortos-chegam-a-848,673336,0.htm>

31 de janeiro de 2011 | 11h 07

Marília Lopes - Central de Notícias

SÃO PAULO - O município de Teresópolis, na região serrana do Rio, vai pedir a ampliação do aluguel social ao governo estadual, após pedido de moradores afetados. Na cidade, quase 350 pessoas morreram e mais de 10 mil estão fora de casa. O número de vítimas das chuvas voltou a subir.

Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura, o secretário de Desenvolvimento Social, Rudimar Caberlon, vai apresentar uma proposta para ampliar para cinco mil o número de famílias beneficiadas pelo aluguel social ao secretário estadual de Assistências Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves.

Nesta segunda-feira, 31, cerca de 500 pessoas estiveram na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social para reivindicar o direito ao benefício. Funcionários da prefeitura realizam um pré-cadastro dessas pessoas e irão encaminhar à secretária estadual, como uma das justificativas para ampliação do aluguel social.

O cadastramento de 2.500 famílias desabrigadas e desalojadas de Teresópolis foi finalizado na sexta-feira, uma semana após o início do trabalho realizado por profissionais do município com a supervisão de técnicos da Secretaria de Assistência Social, que coordena o levantamento de dados das vítimas das chuvas na região serrana.

O aluguel social é um benefício que será oferecido aos moradores das cidades atingidas pelo governo estadual, que pagará R\$ 500 por mês durante um ano. Após esse período, as famílias que perderam suas casas devem ser inseridas em programas habitacionais. A primeira parcela do aluguel social deve ser paga em fevereiro.

**Vítimas.** O número de vítimas das enchentes e deslizamentos de terra na região serrana chegou a 848, segundo a última atualização da Polícia Civil do Estado. As chuvas deixam 412 vítimas em Nova Friburgo, 343 em Teresópolis, 67 em Petrópolis, 21 vítimas em Sumidouro, quatro em São José do Vale do Rio Preto e uma em Bom Jardim.

O último boletim da Secretaria de Saúde e Defesa Civil, da sexta-feira, 28, informa que nas 17 cidades afetadas aproximadamente nove mil pessoas estão desabrigadas e ocupam abrigos públicos. Cerca de 21 mil pessoas tiveram que abandonar suas

residências e ocupam a casa de parentes e amigos. A cidade com maior número de pessoas afetadas é Teresópolis, que tem 5.058 desabrigados e 6.210 desalojados.

**30 JAN**

## Plano de reconstrução só quando baixar a poeira

Quase três semanas após catástrofe na região serrana, governo e especialistas discutem momento certo para próximo passo

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110130/not\\_imp672886,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110130/not_imp672886,0.php)

30 de janeiro de 2011 | 0h 00

Fernando Gabeira - O Estado de S.Paulo

Levanta, sacode a poeira e dá volta por cima. É o que ensina a letra do samba. Mas quando a poeira são toneladas de terra desprendidas dos morros a volta por cima é um problema. Apesar dos R\$ 450 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do empréstimo de R\$ 1 bilhão do Banco Mundial, que deve sair logo, o Rio ainda não tem projeto de reconstrução para a região serrana.

O governo já criou um gabinete de emergência e reconstrução. Será supervisionado pelo vice-governador, Luiz Fernando Pezão. O prefeito de Bom Jardim, Affonso Monnerat, deixará o cargo para se dedicar ao tema. "A ideia é reconstruir em novas bases, ouvindo geólogos e ecologistas, mas realizando também um debate mais amplo na sociedade", avisa Pezão.

Um grande número de máquinas e trabalhadores de empreiteiras foi deslocado para a serra. As empresas telefônicas repararam suas ligações e, na tarde de terça-feira, a comunicação por celular voltou ao normal.

As tarefas de emergência não foram concluídas, mas o debate da reconstrução não é supérfluo. Ecologistas afirmam que os rios mudaram de curso. O Exército está construindo duas pontes provisórias. Mas, para construir outras, precisa saber se a posição antiga vai prevalecer.

Um dos grandes problemas da reconstrução é dar casa para cerca de 7 mil famílias. A prefeitura de Nova Friburgo desapropriou a Fazenda da Laje, mas parece consciente de que não bastam as casas: será necessária infraestrutura urbana para um bairro. Técnicos afirmam que até a construção de escolas será revista, para aumentar a segurança. Deverão ser erguidas sobre pilotis.

A falta de um diagnóstico preciso transforma as ideias iniciais em puro palpite. A Secretaria do Meio Ambiente anunciou que criaria um parque fluvial no Vale do Cuiabá, porque o rio mudou de curso. Proprietários argumentam que o rio saiu do seu leito em quase dois quilômetros, mas está voltando ao normal.

O único documento existente sobre os rios é o relatório preliminar do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RJ), no qual engenheiros defendem obras mais simples: barragens e ondulações para conter a velocidade das águas.

Retorno. O vale - onde o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), Eduardo Eugênio Gouveia, tem casa - é um dos lugares que pode ser reconstruído com rapidez. Um grupo de empresários ofereceu terreno aos desabrigados e muitas casas ainda estão de pé. A ideia é recuperar atividades anteriores, como os haras.

As demolições de casas em área de risco começaram em Friburgo. No entanto, em muitos lugares há uma discussão grande sobre o que demolir. No bairro Caleme, em Teresópolis, a Defesa Civil marcou um poste no meio da Rua Canário e afirmou que acima daquele ponto todos tinham de sair. Foi cortada a luz na área considerada de risco, mas muitos moradores afirmam que sua casa é segura.

Produção. Os 15 mil agricultores da região serrana terão uma chance de recomeçar, a partir do financiamento do Banco do Brasil, que destinou R\$ 80 milhões. Há outras medidas para atenuar o prejuízo, como o prolongamento das dívidas por 18 meses e gratuidade no depósito de Cobal, onde eles vendem seus produtos. A agricultura no Rio é insignificante: 1% do produto estadual. A região serrana, que já abastece o Rio, tem duas vantagens: está próxima da segunda maior cidade do País e explora nichos importantes, como a produção orgânica.

Embora a coordenação da ajuda ainda não tenha sido assumida por nenhum órgão público, as prefeituras da região criaram um consórcio para ampliar sua capacidade. Projetos como o da construção de centros de saúde especializados em oncologia estão sendo mencionados como complemento às mudanças.

Um dos temores na região é o da saída de empresas. Vários pequenos empresários perderam casa e oficina de trabalho. Em Nova Friburgo, ainda há perdas por falta de energia para a irrigação e o tomate colhido está sendo jogado fora, após boatos de que foi contaminado.

Dos milhões anunciados, chegaram apenas os destinados à emergência, distribuídos assim: R\$ 10 milhões para Friburgo, R\$ 7 milhões para Teresópolis e R\$ 7 milhões para Petrópolis. A reconstrução vai abranger mais quatro cidades: Bom Jardim, Sumidouro, Areal e São José do Vale do Rio Preto.

Amanhã, começam a ser emprestados os R\$ 450 milhões do BNDES. O governo pretende montar uma estrutura para o empréstimo e outra para orientar os candidatos - em geral, pequenos empresários.

O debate sobre os caminhos da reconstrução não está contando, no momento, com a Assembleia e o Congresso, porque a posse dos eleitos só acontece na semana que vem. Houve apenas uma sessão no Congresso, promovida pela Comissão Especial do recesso. Já a Assembleia Legislativa do Rio constituiu grupo de acompanhamento.

Foco. O grande desafio é iniciar o debate antes que a região saia do foco. O Exército distribuiu salva-vidas para atravessar pontes provisórias. Mas ainda não foi oficialmente anunciado se o equipamento meteorológico de Petrópolis será reativado. Para não gastar R\$ 900 mil por ano, o prefeito de Petrópolis, Paulo Musturangi, os manteve inativos. Nas conversas, todos afirmam que nada será como antes. Mas será preciso baixar a poeira para saber se lições do temporal foram levadas a sério

**29 JAN**

29/01/2011 - 19h52

## Sistema de alerta é instalado no morro dos Macacos, no Rio

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/867923-sistema-de-alerta-e-instalado-no-morro-dos-macacos-no-rio.shtml>

DA AGÊNCIA BRASIL

Para avisar a população sobre riscos de deslizamentos em dias de chuvas fortes, a prefeitura do Rio de Janeiro instalou mais um Sistema de Alerta e Alarme Comunitário. A comunidade atendida foi o morro dos Macacos, que fica em Vila Isabel, na zona norte. Cerca de 2.000 pessoas (400 famílias) estão em áreas de risco na comunidade.

O sistema de alerta consiste em um conjunto de sirenes implantadas em localidades consideradas de alto-risco pelo Instituto de Geotécnica (Geo-Rio). Com a entrada em funcionamento do equipamento, hoje (29), sobe para dez o número de comunidades com o sistema.

"Nos Macacos, instalamos três sirenes em pontos estratégicos para que o som amplificasse. O primeiro passo foi a instalação do alarme propriamente dito, em seguida, iniciamos um trabalho de esclarecimento, em que até as crianças sabem os pontos para onde os moradores devem se dirigir em caso de risco", explicou o subsecretário de Defesa Civil, coronel Sérgio Simões, em nota.

Na próxima semana, a prefeitura deve instalar as sirenes em mais dez comunidades da zona norte. Num período de dois meses, a meta é cobrir 60 comunidades ou complexos identificados pela Geo-Rio, atingindo 80% das moradias em alto risco na cidade.

Segundo a prefeitura, nessas comunidades, 1,8 mil agentes de saúde e 300 líderes comunitários foram treinados para agir em casos de alerta. Eles também receberam aparelhos celulares por meio dos quais serão avisados quando as chuvas atingirem níveis críticos. Com auxílio do aviso emitido pelas sirenes, serão responsáveis por conduzir moradores aos locais seguros.

A Defesa Civil definiu que no Morro dos Macacos poderão servir de abrigos a Escola Municipal Mario de Andrade e o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Salvador Allende. A Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência também deverá receber moradores, nesses casos.

De acordo com o presidente da associação de moradores da comunidade, Adolfo Mendes, com apoio da Defesa Civil, estão sendo distribuídas para as famílias panfletos explicando sobre as sirenes e sobre o procedimento de evacuação. "Esperamos a colaboração da população para que saiam de suas casas e não corram risco no momento de perigo".

**28 JAN**

28/01/2011 - 12h26

## RJ quer fazer parque fluvial em área devastada pela chuva

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/867282-rj-quer-fazer-parque-fluvial-em-area-devastada-pela-chuva.shtml>

DO RIO

A Secretaria do Ambiente do Rio quer transformar as áreas destruídas pelas cheias de rios na região serrana em parques fluviais urbanos e rurais. O objetivo é evitar novas ocupações desordenadas nas margens, um dos motivos para o alto número de mortes causadas pela chuva.

Segundo o secretário do Ambiente, Carlos Minc, os parques fluviais em áreas urbanas terão quadras esportivas, ciclovias e outro equipamentos sociais, a fim de evitar a construção de novas casas.

"Se a cheia acontecer, vai destruir esses equipamentos, mas não matará ninguém", disse Minc.

A presidente do Inea (Instituto Estadual do Ambiente), Marilene Ramos, disse que serão cerca de 95 km de parques, sendo 55 km urbanos. A extensão a partir das pode chegar a 100 metros, disse ela, superando a exigência de 30 metros do Código Florestal.

Minc afirmou que a estimativa de custos é de R\$ 190 milhões. A expectativa do secretário é que em seis meses o trâmite burocrático seja superado e os projetos já tenham a verba garantida.

Ele afirmou ainda que parte dos R\$ 400 milhões da linha de financiamento oferecido pelo BNDES para atender a região, parte não determinada será destinada, a fundo perdido, para agricultores regularizarem sua situação fundiária, demarcando em cartórios as áreas de proteção permanente e a reserva legal exigida por lei.

"Se vai recomeçar, o ideal é que recomece direito", disse Minc.

28/01/2011 - 08h28

## Grande volume de doações no Rio cria colapso na Cruz Vermelha

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/867188-grande-volume-de-doacoes-no-rio-cria-colapso-na-cruz-vermelha.shtml>

**FABIA PRATES**  
DO RIO

A grande quantidade de donativos que chega à Cruz Vermelha, no Rio, para ser entregue às vítimas das chuvas na região serrana está provocando caos e desorganização nos espaços usados para acomodar o material.

No pátio da sede da instituição, no centro, litros de água estavam expostos ao sol forte da tarde de ontem, quando a temperatura chegou aos 39,7°C. Havia ainda colchões e muitas sacolas espalhadas pelo chão.

Do lado de fora de um galpão usado como depósito na zona norte havia roupas penduradas, água exposta ao sol e sapatos jogados no chão.

Ali, o interior de dois galpões estava abarrotado de sacolas de roupa, mais água, colchões, alimentos, brinquedos, além de material de limpeza e higiene pessoal.

Rosely Sampaio, diretora-executiva da Cruz Vermelha, disse que o grande fluxo de doações interferiu na logística. "Normalmente, nossos parceiros que fazem doações avisam antes para que a gente se prepare para receber. Nesse caso, há uma comoção grande e todo mundo vem direto aqui. Criou um colapso."

Contêineres cedidos estão sendo usados para guardar doações no pátio do prédio.

A instituição busca outros espaços no Rio para armazenar o material e enviá-lo conforme a demanda dos municípios, que também estão com superlotação.

A estimativa da instituição é que as vítimas das enchentes continuem necessitando de ajuda pelos próximos oito meses, mas não se sabe se a quantidade de doações recebida já seja suficiente.

Desde 13 de janeiro, a todo momento chegam carros e caminhões com donativos. Falta espaço, explica Sampaio, sobretudo por haver grande quantidade de roupas entre as doações. Além de não serem mais necessárias, elas ocupam muito espaço.

Ontem, um caminhão com donativos de funcionários da Petrobras voltou com 960 kg de roupa. Só alimentos, água e material de limpeza e higiene pessoal foram recebidos.

A redução dos voluntários, que apareceram em grande número logo após a tragédia, também é responsável pelo caos, diz Sampaio.

Outras entidades também recolhem donativos, mas o trabalho não tem coordenação do Estado.

## Governo investirá R\$ 600 mi na Defesa Civil após tragédia no RJ

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-investira-r-600-mi-na-defesa-civil-apos-tragedia-no-rj,672351,0.htm>



O governo federal pretende investir 600 milhões de reais na estruturação da Defesa Civil nos municípios mais vulneráveis a catástrofes ambientais, disseram na sexta-feira a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

O plano, anunciado em Porto Alegre, acontece depois da tragédia na região serrana do Rio de Janeiro, onde mais de 800 pessoas morreram devido às fortes chuvas do último dia 11.

O projeto prevê a reestruturação de todo o sistema nacional de Defesa Civil e o aumento da responsabilidade das Forças Armadas com a construção de cinco centros regionais militares especializados no atendimento imediato de populações atingidas por desastres ambientais.

Uma alta fonte das Forças Armadas disse na quarta-feira à Reuters que Marinha, Exército e Aeronáutica precisam melhorar e agilizar a atuação na resposta a catástrofes.

Segundo o ministro da Integração Nacional, o governo deve apresentar em junho um atlas identificando as áreas e os municípios mais sujeitos a risco. Estas áreas terão prioridade para estruturação e capacitação das equipes locais da Defesa Civil.

Na semana passada, Bezerra reconheceu deficiências estruturais e financeiras na atuação da Defesa Civil Nacional e disse que as tragédias naturais mostram a necessidade de ampliar o orçamento do órgão. Ele citou problemas no repasse de recursos para a prevenção de desastres ambientais.

"Queremos acabar com a crítica recorrente que a Defesa Civil é lenta, tardia e quando o dinheiro chega, a tragédia já passou. Isso é verdade... e procede", afirmou o ministro há uma semana.

**27 JAN**

27/01/2011 - 16h52

## Após chuvas, Dilma anuncia construção de 6.000 casas no RJ

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/866848-apos-chuvas-dilma-anuncia-construcao-de-6000-casas-no-rj.shtml>

DO RIO

A presidente Dilma Rousseff anunciou na tarde desta quinta-feira a construção de 6.000 casas no Rio para atender às famílias atingidas pelas chuvas na região serrana do Estado. Elas serão subsidiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, e o governo estadual

arcará com as prestações de R\$ 50 dos beneficiários com renda familiar até 3 salários mínimos.

O anúncio foi feito durante encontro com empresários de 12 construtoras que decidiram doar a construção de 2.000 casas também para atender às vítimas das chuvas. Neste caso, o governo estadual vai arcar com o terreno e a infraestrutura dos locais dos imóveis.

Os empresários afirmaram que ainda não há estimativa de custos para a construção dos apartamentos ou casas doados. Dilma também não deu prazo para a conclusão das obras anunciadas pelo governo federal.

Dilma afirmou ainda que o governo federal vai financiar o mapeamento de áreas de risco em cidades do país. Disse ainda que é necessário estruturar defesas civis municipais, para atender de forma mais próxima a população.

## Mortes poderiam ter sido evitadas, diz Crea

Relatório feito três dias após tragédia na região serrana aponta desrespeito à legislação ambiental na região

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110127/not\\_imp671692,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110127/not_imp671692,0.php)

27 de janeiro de 2011 | 0h 00

Pedro Dantas - O Estado de S.Paulo

Ao apresentar o relatório preliminar da inspeção na região serrana do Rio, o presidente do Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Agostinho Guerreiro, disse que 80% das mortes seriam evitadas caso as prefeituras respeitassem a legislação ambiental do País. Até o início da noite de ontem, a pior catástrofe da história registrava 832 mortos.

"Técnicos apuraram que o desmatamento fez a velocidade da cabeça d'água atingir mais de 100 km/h em alguns trechos", afirmou. O documento lembra que a ocupação dos morros com inclinação maior de 45° é crime ambiental, porque são considerados Áreas de Preservação Permanente e recomenda a retirada da população desses locais.

Além do diagnóstico, o Crea-RJ sugere um conjunto de obras de baixo custo para evitar a repetição da tragédia. "São intervenções simples nas encostas e pequenas barragens no alto dos rios para controlar a velocidade e o volume das águas", disse.

O documento enfatiza que são necessários o reflorestamento dos morros e a recuperação da vegetação nas margens dos rios. As inspeções foram realizadas nos três dias seguintes à tragédia. O diagnóstico sobre as possíveis causas aponta que as chuvas tiveram uma magnitude maior do que o normal, mas o presidente do Crea-RJ refutou a tese de desastre natural pelo excesso de chuva. "Isso é um desserviço à população. Se o poder público tivesse removido os moradores das áreas de risco não teríamos esse número de mortos."

Sobre os deslizamentos das encostas, o relatório aponta que a população afetada morava em um terreno de "alta inclinação" e, por isso, os deslizamentos ocorreram até nos casos em que a vegetação estava preservada.

As moradias nas margens dos rios também foram consideradas agravantes. O documento cita ainda a inexistência de plano de contingência de cheias.

## Um "case" na serra

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110127/not\\_imp671660,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110127/not_imp671660,0.php)

27 de janeiro de 2011 | 0h 00

Dora Kramer - O Estado de S.Paulo

Engenheiros, geólogos, bombeiros e sobreviventes da catástrofe que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro, ainda não conseguiram compreender o que aconteceu exatamente naquela madrugada de 11 para 12 de janeiro, cujas consequências somam mais de 800 mortos, cinco centenas de desaparecidos, prejuízos materiais ainda incalculáveis e a completa alteração geográfica de uma área que alcança sete municípios.

A explicação não cabe toda na expressão "tragédia anunciada", embora uma parte dela esteja mesmo na imprevidência do poder público, no desmatamento, na ocupação desordenada do solo e no tabu que se criou em torno dos atos de remoção de moradias, sinônimo de autoritarismo e remissão de memória ao lacerdismo.

O polêmico governador Carlos Lacerda, que há quase 50 anos tomou decisões que impediram que a hoje nobilíssima área da Lagoa Rodrigo de Freitas se transformasse em um imenso favelão. Quem não gosta do termo nem do conceito, mil perdões, mas a vida é mesmo assim.

Segundo o vice-governador Luiz Fernando Pezão, que há 15 dias se transferiu para Friburgo, a palavra "remoção" voltará a fazer parte do vocabulário oficial, até porque depois do ocorrido o Judiciário e o Ministério Público, empecilhos habituais, tendem a rever suas posições. "Agora estão todos conosco", assegura ele.

Os responsáveis pelas equipes de salvamento, de reconstrução e de análise sobre o desastre admitem que não estavam preparados para enfrentar o que aconteceu. Falhou o homem? Falhou e precisa rever seus métodos de atuação, mas a natureza naquela madrugada realmente enlouqueceu.

Quem diz isso não é um místico. É o engenheiro Ícaro Moreno Júnior, presidente da Empresa de Obras Públicas (Emop): "Era impossível prever algo daquela dimensão. Foi como se a natureza decidisse despejar toda sua força de uma vez só."

Entre os dias 11 e 13 choveu 300 milímetros em Friburgo, cidade cujo centro foi arruinado. Segundo os técnicos, eles estavam preparados para enfrentar as consequências de uma chuva de até 180 milímetros que foi o índice ocorrido no município em todo o mês de janeiro de 2010.

O comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Pedro Machado, também não nega o despreparo do poder público, principalmente no que tange a sistemas de alarmes e socorro.

Mas não acha que se possam fazer comparações com as enchentes ocorridas na Austrália, onde houve inundações, mas o número de vítimas fatais foi de algo em torno de três dezenas.

"Na Austrália ocorreu uma enchente. Aqui houve enchente, deslizamento, desabamento e inundação, tudo ao mesmo tempo. Eu só conhecia a palavra cataclismo no dicionário. Pela primeira vez vi o que significa", diz o coronel.

Ele tem uma tese baseada nos relatos de sobreviventes: "Uma tempestade de raios atingiu o alto dos morros, quebrou as pedras que, junto com a enxurrada, provocaram os deslizamentos de blocos de cinco, dez toneladas."

Sobrevoando a região dos sete municípios a imagem mais impressionante que se vê é a de uma série de montanhas como que rasgadas em sulcos abertos entre a mata fechada.

"Inexplicavelmente, algumas áreas que seriam de risco não foram atingidas e outras que teoricamente eram seguras foram devastadas", acrescenta o coronel Pedro Machado.

O gabinete de crise montado em Friburgo trabalha basicamente em duas frentes: uma comandada pelo vice-governador visa ao atendimento das vítimas e à revitalização econômica da região, com a instalação de polos de atividade como um grande hospital de referência e a ampliação do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A outra diz respeito aos estragos físicos. Rios, canais e córregos saíram do curso, estradas desapareceram, pontes sumiram, ruas não existem mais. Quais as exigências dessa nova geografia? Só um diagnóstico preciso, que está sendo feito agora, poderá dizer.

"Não dá ainda para saber quanto tempo levará nem quanto custará", adianta o engenheiro Ícaro Moreno.

Até o último sábado, 10 dias após a tragédia, os 130 geólogos do Brasil todo que se apresentaram como voluntários não tinham uma explicação: sabiam apenas que estavam diante de um "case" a ser minuciosamente estudado.

Porque, como se viu, o impossível acontece.

**26 JAN**

# FAB encerrará trabalhos na região serrana do Rio na sexta-feira

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/866535-fab-encerrara-trabalhos-na-regiao-serrana-do-rio-na-sexta-feira.shtml>

DA AGÊNCIA BRASIL

A FAB (Força Aérea Brasileira) encerrará suas atividades de apoio e socorro às vítimas da tragédia na região serrana do Rio na próxima sexta-feira (28). Os acampamentos e a Unidade Celular de Intendência serão desmontados e transportados para as unidades de origem da Aeronáutica.

O sistema de informação e alerta de voo, que proporciona maior segurança no tráfego de helicópteros, teve suas atividades encerradas nesta quarta-feira nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e no distrito de Itaipava, em Petrópolis.

Durante dez dias de operações, o sistema registrou aproximadamente 1,7 mil movimentos aéreos, somando os três municípios.

A média diária foi de 170 deslocamentos de helicópteros. A maior concentração foi registrada entre os dias 17 e 20, quando houve uma média de 350 movimentos de aeronaves por dia.

A cidade de Nova Friburgo apresentou o maior número de deslocamentos de helicópteros, com 996 movimentos.

Durante a operação, a FAB transportou 47 toneladas de carga em helicópteros, 787 passageiros, incluindo 62 pessoas que foram resgatadas em áreas de risco.

## New Orleans: movida a energia solar

Cinco anos após Katrina, a cidade se torna modelo de arquitetura verde e dá incentivo fiscal para quem usa painéis solares

Gustavo Bonfiglioli - O Estado de S.Paulo

Catástrofes naturais parecem cada vez mais comuns em todo o mundo. Ao mesmo tempo se nota que parte dos estragos poderia ser evitada caso as cidades estivessem preparadas. Isso fica claro ao comparar os números de mortos após as recentes chuvas na região serrana do Rio - mais de 800 - e em Brisbane, na Austrália - cerca de 20.

Em muitos casos, porém, o planejamento surge apenas depois da ruína. "Para uma cidade devastada, a necessidade é a mãe da invenção", afirma Sérgio Trindade, cientista brasileiro co-laureado pelo Nobel da Paz em 2007 por seu trabalho no Painel do Clima da ONU. "As populações se acostumam com a ideia de que "nada vai acontecer", até que algo acontece."

Algo aconteceu em New Orleans no dia 29 de agosto de 2005. O Katrina destruiu tudo pela frente com ventos de 205 km/h que deixaram a cidade debaixo d'água após o rompimento de 50 diques. O saldo de mortos foi de 1.464 pessoas, e os prejuízos pelo furacão foram calculados em US\$ 135 bilhões - o governo federal gastou US\$ 120,5 bilhões na recuperação da cidade.

Cinco anos depois da tragédia, a maior cidade da Louisiana, nos EUA, é exemplo de sustentabilidade em suas novas construções com painéis solares para geração de energia. Poder público, grupos de investimento, universidades e ONGs como a Global Green e a Make It Right, do ator Brad Pitt, têm investido em casas, edifícios e escolas, com eficiência energética.

A cidade hoje abate 50% dos impostos de quem usa painéis solares, e a prefeitura quer aumentar o incentivo fiscal, o maior do país, para 80%.

A Global Green fornece recursos para a reconstrução de casas e escolas. Por meio do Green Schools Project, cada escola recebe US\$ 75 mil - desde que siga parâmetros de construção sustentável, como o sombreamento de fachadas para evitar o uso de ar-condicionado, o uso de cisternas para captação de água de chuvas e a utilização de 100% de lâmpadas fluorescentes.

"Ajudamos a reconstruir 12 das 88 escolas da cidade, cinco casas e temos um projeto de conjunto habitacional", afirma Matt Petersen, CEO da Global Green, que abriu um escritório na cidade logo após o desastre.

A entidade também auxilia os cidadãos que desejam erguer casas e prédios ou restaurá-los com base na certificação de sustentabilidade em construção civil mais conhecida nos EUA, a LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), concedida pela ONG U.S. Green Building Council (USGBC), de acordo com os critérios de racionalização de recursos como energia e água.

O braço da Global Green em Nola (apelido dado à New Orleans pelos moradores) se concretizou quando Petersen conheceu a advogada da área ambiental Elizabeth Galante, nascida na cidade. "Eu buscava uma maneira de ajudar a reconstruir a cidade sem cometer os mesmos erros que intensificaram a tragédia", conta a advogada, conhecida como Beth.

Sem expertise. Beth revela que New Orleans, hoje referência em energia renovável, tem um passado nada verde.

"A companhia de energia de Nola era conhecida nacionalmente como uma das menos sustentáveis do país. Quando começamos a atuar, por exemplo, era ilegal conectar painéis solares com a rede de energia da cidade. E ninguém sabia como construir com sustentabilidade aqui. Não tínhamos expertise", lembra.

Outro obstáculo às construções ecologicamente corretas na cidade era a urgência - todos queriam muito rápido refazer seus edifícios e casas para voltar à normalidade.

"Tivemos que explicar às pessoas que não adiantava construir com materiais baratos e pouco eficientes novamente. Sair construindo seria uma solução imediata, mas outra ameaça a longo prazo."

Para saber mais sobre as construções verdes, a cidade organizou um campeonato de design e arquitetura no verão de 2006. Participaram ao todo 125 escritórios de todo o país com vasta experiência em arquitetura sustentável, além de uma série de empresas locais.

Brad Pitt foi um dos jurados e o resultado da competição foi o Holy Cross, projeto da Global Green de conjunto habitacional com 18 unidades. A construção vai produzir uma boa parte da energia que consome.

O concurso selecionou um escritório de Nova York e, segundo Beth, proporcionou uma "rápida e excepcional troca de conhecimento entre os escritórios de fora, com experiência em construções verdes, e os locais, com o conhecimento da realidade climática daqui".

"Um dos desafios é reinventar a cidade de um jeito melhor e mais sustentável, mas com o cuidado de preservar os nossos referenciais culturais. Não é o caso de construir uma nova cidade, mas sim de fazer uma New Orleans melhor", diz.

Arte. Berço do jazz, New Orleans tem referenciais culturais fortes e teve de enfrentar o êxodo de seus artistas. Ao todo, 150 mil cidadãos foram embora - e não voltaram. Hoje, a cidade tem cerca de 330 mil habitantes.

"Este período tem sido difícil, mas inspirador. Quem voltou está comprometido em reconstruir a cidade, seus bairros e suas casas", diz o empresário local Harold Doley III. "Essa motivação permitiu que New Orleans se transformasse em uma incubadora de sustentabilidade."

Doley III, por meio de seu grupo de investimento Lugano, fundou o Cultural Economy Initiative, em parceria com a prefeitura da cidade. O programa dá suporte, com isenções de taxas e incentivo financeiro, a quem reconstrói a cena cultural da cidade, como músicos e cineastas.

"Foi necessária uma tragédia para tornar possível a percepção do valor inacreditável da nossa cultura e dos nossos recursos naturais", diz o empresário.

**25 JAN**

25/01/2011 - 12h16

## Moradores de Teresópolis reclamam da falta de serviços básicos

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/865637-moradores-de-teresopolis-reclamam-da-falta-de-servicos-basicos.shtml>

**FABIA PRATES**

DO RIO

Quase duas semanas depois da tragédia provocada pelas chuvas na região serrana do Rio, moradores das áreas atingidas ainda sofrem com a falta de serviços básicos como água, energia elétrica e telefone.

Várias reclamações foram feitas ontem diretamente ao prefeito de Teresópolis, Jorge Mário Sedlacek, e a seu secretariado numa reunião na sede da prefeitura.

O encontro tinha intenção de apresentar, a lideranças comunitárias, as providências que o município adotou para socorrer as vítimas e o que fará para reconstruir a cidade. Acabou se tornando numa arena de lamentações. Vários disseram estar sem luz, água e telefone e houve até quem questionasse o laudo de risco de sua residência.

Gilberto, morador do Caleme, convidou o chefe da Defesa Civil, Flávio Castro, a visitar o local e refazer o laudo de risco. "Estão tratando a gente como moleque, tirando a gente das nossas casas. Eu sei quanto custou cada tijolo de lá. Se for, realmente confirmado que é arriscado ficar lá, eu saio". Castro prometeu visitar o local com novos técnicos nesta terça-feira.

Sedlacek disse que agora a prefeitura começará a agir pontualmente. "Antes tínhamos que pensar no todo. Fazer resgates, salvar vidas, levar alimentos. Era uma logística complexa que deixou a equipe assoberbada. Agora vamos planejar. Fazer visita e avaliação pontual".

O prefeito afirmou ainda que cobrou da Ampla, concessionária que atende o município, rapidez para restabelecer a energia elétrica nos locais que seguem sem luz. "É inadmissível que, com o que eles recebem da gente, que eles também não se desdobrem. Nessa questão estou na função de cobrar deles. Por obrigação eles tem que fazer, tem que se virar."

**24 JAN**

24/01/2011 - 14h40

## Casas em área de risco começam a ser demolidas em Friburgo

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/865169-casas-em-area-de-risco-comecam-a-ser-demolidas-em-friburgo.shtml>

DE SÃO PAULO

Após vistoria realizada ontem pela Defesa Civil, casas localizadas em área de risco começam a ser demolidas nesta segunda-feira em Nova Friburgo --uma das cidades mais afetadas pelas chuvas deste mês na região serrana do Rio e com maior número de mortos. De acordo com a prefeitura, os trabalhos começam pelo bairro Alto do Floresta.



De acordo com estimativas da administração municipal, aproximadamente 18 imóveis devem ser demolidos hoje. Conforme a prefeitura, eles correm risco de desabamento, "por estarem à beira do abismo aberto pelas águas do dia 12".

As áreas onde ocorrerão as demolições devem ser reflorestadas para tentar evitar novas ocupações.

Na cidade, 515 imóveis foram interditados e mais de 1.200 famílias foram cadastradas para receber o aluguel social após o temporal.

Segundo a prefeitura, o segundo passo, após as demolições, deve ser a construção das habitações populares --o que ainda depende da liberação de recursos do governo federal.

(...)

## Tragédia repetida

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110124/not\\_imp670248,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110124/not_imp670248,0.php)

24 de janeiro de 2011 | 0h 00  
Luiz F. Vaz - O Estado de S.Paulo

A tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro foi violenta e destruidora, mas não é um caso isolado ou fortuito. Em março de 1967 fenômeno semelhante aconteceu próximo a Caraguatatuba, ceifando 120 vidas e deixando a água do mar suja até hoje. Pouco antes, em janeiro, fora a vez da Serra das Araras, ao longo da Via Dutra, e, apesar de ter ocorrido sobre áreas predominantemente rurais, levou 1.200 vidas.

Esses dois eventos destruidores ocuparam uma área elíptica, com cerca de 30 km de extensão máxima. Se tivessem como centro a Via Anchieta, teriam interrompido todas as ligações São Paulo-Santos, incluindo as linhas de transmissão, dutos e cabos. Felizmente, não houve outros de tal magnitude, mas desastres similares atingiram a região de Cubatão em 1985 e 1994. Em 2000, uma única corrida de lama manteve uma pista da Anchieta fechada por mais de 50 dias. Casos de proporções semelhantes ocorreram na região de Blumenau-Itajaí em 2008, na de Angra dos Reis em 2009 e, anteriormente, em Petrópolis, Rio de Janeiro e vários outros locais. Essa pequena lista mostra que os deslizamentos são fenômenos recorrentes, variando apenas a sua gravidade.

O mecanismo desses deslizamentos segue o mesmo padrão: alguns meses consecutivos de chuvas contínuas, não necessariamente fortes, seguidos por um período concentrado de precipitações muito fortes; os vazios da camada de solo ficam saturados pelas chuvas contínuas, reduzindo a resistência do solo; como a água da chuva forte não tem como se infiltrar, escorre pela superfície, transformando o solo em lama e carregando árvores e blocos de rocha. Esse processo é conhecido como corrida de lama, pela alta velocidade do deslizamento, que pode chegar a algumas dezenas de quilômetros por hora.

Estudos desenvolvidos pelos geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) há mais de 20 anos, e mais recentemente pelo Instituto Geológico, ambos do governo paulista, conseguem identificar o volume de chuva acumulado que propicia a deflagração de escorregamentos, determinam as áreas de risco e elaboram sistemas de alerta. Trabalho semelhante desenvolvido pela prefeitura de Santos, ao tempo em que uma geóloga ocupava uma das secretarias da cidade, permitiu que tanto em Cubatão como em Santos eventos desse tipo fossem antecipados e medidas de prevenção, adotadas.

A falta de instrumentos legais, porém, dificulta a prevenção. Não há lei que obrigue o morador a desocupar seu imóvel, exceto em caso de risco iminente. Ora, definir risco iminente é difícil quando se lida com fenômenos naturais e, na prática, ninguém pode ser removido das chamadas áreas de risco sem o seu consentimento. Uma ação do Ministério Público, quando cabível, demanda de 10 a 20 anos para ser concluída. Nos casos de Cubatão e Santos, um trabalho de conscientização e treinamento da população e a utilização de monitores da própria comunidade permitiu a adoção de medidas de prevenção.

Apesar das lições anteriores, tanto de deslizamentos funestos como de iniciativas bem-sucedidas, nunca foi formulada nenhuma política ou diretriz sobre o assunto. Mesmo com a grande maioria dos processos de deslizamento diretamente associados às condições geológicas, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), órgão federal encarregado de estudos geológicos e hidrológicos, nunca recebeu a missão (nem verbas) de desenvolver trabalhos de prevenção, exceto em alguns casos localizados.

Os serviços de defesa civil tampouco estão preparados para atender a situações de calamidade. Sua organização é predominantemente transitória, contam com recursos reduzidos e, principalmente, não dispõem de base legal para atuar e assumir o comando em caso de desastres naturais. O despreparo é geral, basta constatar que, na serra fluminense, o socorro só chegou vários dias depois e ainda hoje depende da ação de voluntários. Em pleno caos, o governo, numa medida demagógica, prometeu a liberação do FGTS. Dinheiro é sempre bem-vindo. Mas as pessoas ilhadas nas comunidades serranas do Rio precisavam de água, comida, energia, acesso, comunicação, limpeza e, depois, de dinheiro.

Após os violentos desastres naturais e também os induzidos pelo homem nos últimos anos, principalmente o vazamento de petróleo no Golfo do México, nota-se uma tendência a substituir a política estratégica de longo prazo das grandes potências, voltada para os conflitos armados entre nações e grupos, por políticas de prevenção contra os efeitos das mudanças climáticas. Depois que fomos assolados, na última década, por uma série de terremotos violentos, tsunamis destruidores e enchentes formidáveis, as atividades de defesa civil estão sendo consideradas o foco da ação dos governos nas próximas décadas.

Até hoje não há evidências suficientes para afirmar que a ação antrópica seja responsável pelo aumento da temperatura. A Terra sofre mudanças climáticas alternando períodos frios e quentes. Há cerca de 120 mil anos houve um período de frio intenso, com o gelo avançando até os trópicos, resultando num abaixamento do

nível do mar da ordem de cem metros. Esse período, que durou alguns milhares de anos, extinguiu muitas espécies e, aparentemente, teria sido responsável por eliminar a maioria dos nossos ancestrais, reduzidos a um grupo muito pequeno, conforme indicam as variações do DNA.

Seja devido à nossa voracidade por energia ou aos caprichos da Terra, o fato insofismável é que nosso planeta está aquecendo. Esse processo levará à elevação do nível dos oceanos e, além das ameaças às cidades e aos países à beira-mar, terá influência sobre o clima. Enfrentar as mudanças climáticas radicais e sobreviver a elas está se tornando a principal preocupação dos planejadores, de tal sorte que este século será, provavelmente, considerado o século da defesa civil.

Vamos fazer a nossa parte, começando pela legislação e pela organização da área de prevenção de desastres naturais!

GEÓLOGO, É PROFESSOR CONVIDADO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

**23 JAN**

23/01/2011 - 16h13

## Áreas da região serrana do Rio podem virar unidades de proteção ambiental

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/864847-areas-da-regiao-serrana-do-rio-podem- virar-unidades-de- protecao-ambiental.shtml>

DA AGÊNCIA BRASIL

A configuração geográfica e os cursos dos rios que foram alterados pelas fortes chuvas e avalanches de terra que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro, no último dia 12, devem ser transformados em unidades de proteção, como parques fluviais. A primeira etapa do projeto já foi iniciada com o mapeamento por satélite e por terra das áreas atingidas.

Os municípios mais castigados foram os de Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, São José do vale do Rio Preto e Sumidouro. O estudo está sendo elaborado pelo Inea (Instituto Estadual do Ambiente).

De acordo com a presidente do órgão, Marilene Ramos, o vale do Cuiabá, por exemplo, antes ocupado por condomínios de luxo, deve se transformar em unidade de conservação.

"Após a tragédia, córregos e rios definiram novas áreas de inundação. Estamos começando os primeiros levantamentos para a criação de parques fluviais a partir dessas mudanças. Já criamos parques semelhantes ao longo de outros rios no estado, entre os quais Guandu, Piabanha e Macacu", disse ela.

Marilene não descartou a necessidade de desapropriações, já que algumas áreas da região serrana passaram a oferecer risco à ocupação. Além disso, os parques fluviais servem para inibir as construções irregulares.

"O vale do Cuiabá, segundo avaliações preliminares, pode ter algumas ruas e acessos fechados para que seja possível a recomposição natural da região", afirmou Marilene. Antes, o local era ocupado por mansões, sítios e condomínios de luxo de famílias tradicionais do Rio de Janeiro, que costumavam passar o fim de semana na região serrana.

O vale do Cuiabá foi uma das áreas mais devastadas pelo rio Santo Antônio, que passava nos fundos dos terrenos das construções de luxo na região.

**22 JAN**

22/01/2011 - 14h50

## Promotoria registra 430 desaparecidos no RJ após chuva

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/864583-promotoria-registra-430-desaparecidos-no-rj-apos-chuva.shtml>

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O PIV (Programa de Identificação de Vítimas), do Ministério Público do Rio, registra 430 pessoas desaparecidas na região serrana do Estado desde a chuva da semana passada. A cidade com maior número de pessoas desaparecidas é Teresópolis, com 211. Mais de 780 pessoas já morreram na região.

Outros municípios que estão na lista divulgada neste sábado pelo Ministério Público são Nova Friburgo (124), Petrópolis (48), Sumidouro (4) Bom Jardim (1), São José do Vale do Rio Preto (1) e Cordeiro (1). Há ainda outras 40 pessoas apontadas como desaparecidas que não tiveram o local de moradia informado.

As informações dadas ao PIV por parentes e amigos são checadas com dados de hospitais e do IML (Instituto Médico Legal).

A lista é frequentemente atualizada e pode ser consultada no site do Ministério Público. Quem quem quiser registrar desaparecimento de algum parente ou conhecido pode ligar para o número 0/xx/21/2283-6466, das 8h às 18h.

A central do PIV em Petrópolis está funcionando na Coordenação do Centro Regional, na rua Marechal Deodoro 88, no centro da cidade. O ministério também montou um posto de atendimento avançado na sala do Ministério Público no Fórum do Distrito de Itaipava, na estrada União Indústria s/nº, ao lado do Corpo de Bombeiros. Os postos funcionam de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

Já em Teresópolis, o posto do PIV funciona na Praça Luís de Camões s/nº, centro. O posto de Friburgo fica na Praça Demerval Barbosa s/nº, centro. (...)

21 JAN

21/01/2011 - 14h23

## Rio instala alerta contra chuvas em comunidade com 990 casas em áreas de risco

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/864078-rio-instala-alerta-contra-chuvas-em-comunidade-com-990-casas-em-areas-de-risco.shtml>

CIRILO JUNIOR

DO RIO

O morro do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio, é a primeira comunidade a contar sirenes em seu sistema de alerta contra chuvas fortes. É lá que estão 990 das 18 mil casas situadas em áreas de risco, segundo mapeamento feito pela prefeitura do Rio, que identificou 117 comunidades nessa situação. A medida vem após tragédia que já deixou mais 700 mortos na região serrana do Estado por conta das chuvas.

O sistema, inaugurado nesta sexta-feira, conta ainda com agentes comunitários que recebem alertas sobre a iminência de chuvas via mensagem de texto no telefone celular (SMS). Em todo o Rio, são 2 mil pessoas cadastradas.

Os agentes recebem as mensagens quando o novo radar meteorológico da prefeitura identifica a probabilidade de chuva. Caso a chuva se confirme em quantidade que ameace as encostas em morros, as sirenes são acionadas. Os moradores, que receberão folhetos explicativos sobre o sistema, serão orientados a se encaminharem a pontos de apoio, como o colégio da comunidade e igrejas evangélicas.

Em até dois meses, 60 das 117 comunidades que têm casas em encostas com risco de deslizamento receberão as sirenes, segundo previsão do subsecretário da Defesa Civil do Rio, coronel Sérgio Simões.

A prefeitura do Rio não pretende remover casas do Borel situadas em áreas de risco. Segundo Simões, estão sendo feitas obras de contenção de encostas nesses locais, e a retirada de famílias só ocorrerá em último caso.

'Nosso primeiro critério é proteger as encostas. Queremos garantir a permanência dessas pessoas nos locais onde vivem. Só haverá retirada se não houver possibilidade de eliminar riscos com as obras', afirmou Simões.

No Borel, foram registradas quatro mortes em deslizamentos causados pelas chuvas de abril, que mataram dezenas de pessoas em toda a cidade. Outros nove moradores ficaram feridos.

A presidente da Associação de Moradores do Borel, Roberta Ferreira, afirmou que as obras ainda estão em estágio inicial, e que é preciso fazer mais. 'Ainda tem pouca coisa, precisamos de mais. Estão sendo atacados pontos emergenciais'.

Entre as próximas comunidades que receberão o sistema de alerta nas próximas semanas, estão os morros dos Macacos (Vila Isabel), Formiga (Tijuca), Encontro (Engenho Novo) e Grota (Complexo do Alemão). (...)

20 JAN

## Número de mortes pelas chuvas na região Serrana do Rio chega a 741

Previsão é de que esse número aumente à medida que as equipes de resgate tenham acesso às áreas mais isoladas; Nova Friburgo já somam 355 mortes

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,numero-de-mortes-pelas-chuvas-na-regiao-serrana-do-rio-chega-a-741,668647,0.htm>

20 de janeiro de 2011 | 1h 01

RIO - O número de mortes pelas chuvas que castigaram a região serrana do Rio de Janeiro na semana passada subiu para 741 nesta quarta-feira, 19, segundo um boletim divulgado pela Defesa Civil, enquanto as equipes de resgate continuam as buscas por cerca de 200 desaparecidos.

No oitavo dia de trabalho, os socorristas encontraram nesta quarta outros 31 corpos e a previsão é de que o número seja maior à medida que as equipes tenham acesso às áreas mais isoladas.

O vice-governador do Rio de Janeiro e secretário regional de Obras, Luiz Fernando Pezão, disse que além das áreas isoladas pelas toneladas de terra, pedras e lama que deslizaram das montanhas, é possível que sejam encontrados mais corpos durante as tarefas de limpeza onde o acesso já é possível.

Pezão, citado em comunicado divulgado pelo governo, afirmou que as equipes de limpeza se concentrarão na Praça do Suspiro, na cidade de Nova Friburgo, onde acredita-se que há veículos soterrados pela lama com pessoas dentro.

"Estamos chegando a todas as áreas afetadas. Algumas por ar, mas a grande maioria por terra. Hoje conseguimos chegar até o Village, onde, segundo relatam seus habitantes, há mais de 20 automóveis soterrados", disse.

O presidente da Empresa de Obras Públicas (Emop) do estado do Rio de Janeiro, Ícaro Moreno, admitiu em declarações a jornalistas que é possível que alguns corpos não sejam encontrados pelo difícil acesso.

Segundo o último boletim da Defesa Civil, a cidade mais afetada pela chuva foi Nova Friburgo, com 355 mortes.

As equipes de resgate também encontraram 302 corpos na cidade de Teresópolis, 63 em Petrópolis e 21 em Sumidouro. No entanto, os números podem aumentar com a possibilidade de mortes em outras cidades da região, como Bom Jardim e São José do Vale do Rio Preto.

O mesmo boletim indica que pelo menos 6.050 pessoas perderam suas casas e outras 7.780 tiveram que abandoná-las temporariamente e refugiar-se em ginásios e escolas públicas por estarem numa área de risco.

## Presidente da Câmara defende projeto do Código Florestal

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/863417-presidente-da-camara-defende-projeto-do-codigo-florestal.shtml>

**GABRIELA GUERREIRO**  
DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), defendeu nesta quinta-feira a manutenção do texto do Código Florestal em tramitação na Casa. Maia disse não ver motivos para mudanças na redação do texto depois que o relator, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), disse que o projeto não incentiva ocupações irregulares do solo.

"Não sei se [o código] precisa ser repensado. O próprio relator disse que trata de questões a áreas rurais, não tem a ver com áreas de risco", afirmou.

O relatório aprovado no ano passado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados permite a ocupação de áreas de preservação permanente onde hoje é proibido qualquer tipo de construção, conforme a Folha revelou no domingo. No Rio, as maiores tragédias foram registradas justamente em áreas de preservação permanente ocupadas irregularmente -topos de morro, encostas e várzeas-, e que serão liberadas para moradia caso o novo texto seja aprovado pelo Congresso.

### **CÓDIGO FLORESTAL**

Atualmente, proíbe ocupação em encostas com mais de 45 graus de inclinação, topos de morros e áreas alagáveis de rios

#### **O NOVO CÓDIGO**



Encostas com mais de 45 graus de inclinação estão mais sujeitas a deslizamentos



Topos de morro são áreas de recarga de aquífero e também onde, em geral, começam os deslizamentos



Antes, construções era áreas a 30 m de distância alagável dos rios; pass

Maia disse concordar com o projeto em elaboração pelo governo federal, a ser enviado para o Congresso em fevereiro, para mudar a lei de uso do solo. Apesar do teor do projeto, que deve punir prefeitos que autorizem ocupações irregulares, o presidente da Câmara disse que o assunto deve ser tratado de forma "prioritária" na Casa.

"Tem que ter medidas enérgicas para impedir que novas ocupações aconteçam no país. Tudo o que vier para somar, que garanta maior segurança dos cidadãos, vamos trabalhar conjuntamente [com o Executivo]", disse.

## COMISSÃO

Maia preside nesta quinta-feira reunião da comissão representativa do Congresso (que funciona durante o recesso parlamentar) para discutir medidas de emergência depois das enchentes na região serrana do Rio.

Os deputados e senadores vão aprovar a criação de comissão externa para visitar as áreas de risco, assim como referendar a criação de outra comissão na Câmara que vai reunir todos os projetos relacionados às catástrofes que tramitam na Casa.

"Esse assunto deve ser tratado de forma prioritária no retorno dos trabalhos do Congresso", disse Maia, que disputa a reeleição no comando da Casa.

Na prática, porém, a comissão representativa não tem poderes para tomar medidas efetivas durante o recesso. Não pode, por exemplo, votar a medida provisória editada pelo governo federal que liberou recursos para o Rio - que só pode ser analisada pelos plenários da Câmara e do Senado.

Ex-ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PV-AC), defendeu os trabalhos da comissão para discutir medidas que possam futuramente auxiliar o Congresso a combater catástrofes naturais. "O Congresso não poderia esperar fevereiro, quando recomeçam os trabalhos, para ter algum envolvimento nesse assunto." (...)

**19 JAN**

19/01/2011 - 19h36

## Procuradoria recomenda que Defesa Civil coloque em prática política de prevenção

DE BRASÍLIA

Diante do desastre que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro, a PGR (Procuradoria Geral da República) recomendou à Secretaria Nacional de Defesa Civil que promova de fato uma política de prevenção aos desastres, como prevê a legislação em vigor.

O texto, assinado pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Pereira de Carvalho, foi enviado no final da semana passada ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e ao secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana.

"A dor das pessoas que foram colhidas por essas tragédias ocorridas, agora e alhures, poderiam ser evitadas se os gestores públicos tivessem administração eficiente quanto ao mapa do subsolo, do soterramento do sistema hídrico, das ocupações urbanas desordenadas e irregulares, da falta de educação ambiental, da não utilização dos recursos da geotécnica e da qualidade nos planejamentos urbanos", afirma o documento.



A PGR sugeriu ainda a criação de um manual com ações preventivas e de socorro, para servir de referência para a defesa civil nos estados e para a própria população, e cobrou que os estados forneçam dados para a criação de uma política nacional de prevenção aos desastres.

"A imprevidência e a omissão advêm (...) da necessidade de informar aos munícipes quanto às áreas não habitáveis e quanto à destinação correta dos lixos, de modo a evitar as epidemias e contaminações que ocorrem com as inundações, mesmo prevenidas", afirma outro trecho do documento. (...)

## Favelas no Rio terão sirene para alerta de chuva

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,favelas-no-rio-terao-sirene-para-alerta-de-chuva,667971,0.htm>

18 de janeiro de 2011 | 19h 59

A Prefeitura do Rio de Janeiro vai instalar sirenes em favelas para alertar moradores em caso de chuva forte. A previsão é de que a primeira esteja funcionando no Morro do Borel, na zona norte, já na próxima sexta-feira. Serão 60 ao longo das próximas semanas.

O prefeito Eduardo Paes informou ainda que 1.875 agentes comunitários terão um celular para receber alertas da Defesa Civil por torpedo. Um total de 117 presidentes de associações destas favelas também.

De acordo com a prefeitura, existem 18 mil imóveis em áreas de risco na cidade. Eduardo Paes assegurou que, no verão de 2012, a capital terá um sistema tão bom quanto o de cidades australianas - a citação se deveu ao fato de moradores de Queensland, estado mais atingido pelas enchentes na Austrália, terem sido avisados pela prefeitura de que havia possibilidade de inundação em suas casas.

## Governo busca política para acabar com ocupações

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-busca-politica-para-acabar-com-ocupacoes,668449,0.htm>

19 de janeiro de 2011 | 19h 58

A pedido da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se reuniram hoje para começar a definir e elaborar uma série de mudanças na legislação para evitar que tragédias como a que atingiu a região serrana do Rio de Janeiro se repitam.

Segundo o ministro da Justiça, o objetivo é "buscar uma política efetiva de natureza preventiva" para "fechar as portas da ocupação irregular", promovendo "um impedimento muito radical" para o assentamento em áreas de

risco em todo País. A estimativa do governo é de que existem hoje cinco milhões de pessoas em áreas de risco em todo o Brasil.

Cardozo disse que a ideia inicial é "premiar" os prefeitos e Estados que fizerem o dever de casa e acabar com as ocupações. Mas admitiu que a legislação pode prever também punições a quem não cumprir as novas regras. "Optamos por uma sanção premial, mas queremos também responsabilizar os responsáveis, sem punir o povo", declarou o ministro, ao ressaltar que, ao apenar o município ou o prefeito é preciso estar atento para não prejudicar a população.

Temer informou que, na semana que vem, uma nova rodada de reuniões será realizada para que, no início do ano Legislativo, o governo federal tenha em mãos uma série de medidas provisórias, projetos de lei e até emendas à Constituição para acabar com as ocupações. O vice-presidente informou ainda que na semana que vem deve se reunir com a presidente Dilma para apresentar um conjunto de propostas, que depois serão enviadas ao Congresso. Cardozo acrescentou que as ideias discutidas hoje foram recolhidas em uma reunião prévia realizada ontem, com diversos ministérios.

O vice-presidente informou que é intenção do governo tornar obrigatória a elaboração de um plano diretor nos pequenos municípios já que hoje eles são necessários apenas para cidades com mais de 20 mil habitantes. "Queremos aproveitar esse lamentável acontecimento para não deixar passar em branco (a importância de fazer alteração nas regras para impedir ocupação irregular de terrenos)", declarou Temer, em entrevista, após a reunião dos ministros, ressaltando a necessidade de mudança das leis existentes.

## Ministra anuncia comitê de proteção a crianças vítimas das chuvas no Rio

Serão criados comitês emergenciais em Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis, para garantir que todas as crianças sejam assistidas dentro das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,ministra-anuncia-comite-de-protecao-a-criancas-vitimas-das-chuvas-no-rio,668388,0.htm>

19 de janeiro de 2011 | 17h 43

RIO - Os governos federal e do estado do Rio criaram, em Teresópolis, o Comitê Emergencial de Proteção à Criança e ao Adolescente, para dar segurança e prestar atendimento às milhares de crianças e adolescentes vitimadas pelas chuvas que caíram na região serrana do estado na semana passada.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira, 19, pela ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos. Ela visitou Teresópolis para verificar pessoalmente as condições em que estão vivendo crianças e adolescentes nos diversos abrigos improvisados na cidade.

Rosário garantiu que, em Teresópolis, "todas as 2.892 crianças abrigadas na cidade já recebem assistência de pelo menos um responsável legal de sua própria família". Ela informou, ainda, que serão criados comitês emergenciais também em Nova Friburgo e Petrópolis, para garantir que todas as crianças abrigadas sejam assistidas dentro do que reza as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

"Isto significa que as crianças não fiquem abrigadas no mesmo espaço dos adultos, salvo nos casos em que esse adulto seja o pai ou a mãe, ou ainda um parente próximo. A criança tem que ficar protegida por quem é o seu responsável legal. Caso sejam encontrados, em outros municípios, menores sem parentes que possam assumir a responsabilidade legal, a ministra disse que serão providenciados alojamentos separados dos adultos, "um abrigo só para crianças sob a tutela do Estado".

O secretário estadual de Assistência Social, Rodrigo Neves, explicou que o Comitê Emergencial de Proteção à Criança e ao Adolescente é integrado por cinco instituições: Poder Judiciário, Ministério Público, governos federal e estadual e prefeituras.

Foi criado, ainda, o SOS Criança Desaparecida, que vai concentrar as informações das diversas cidades atingidas pela tragédia das chuvas sobre crianças desaparecidas ou separadas dos pais.

O juiz José Ricardo, da Vara de Família de Teresópolis, garantiu que não há adoções ilegais de crianças órfãs na região serrana do Rio. Denúncias nesse sentido chegaram à Justiça e ao governo federal e motivaram a visita da ministra da Secretaria dos Direitos Humanos à região. O juiz disse que desconhece a existência dessas denúncias. "Denúncias de adoção irregular de crianças ou de que estaria havendo maus tratos são levianas e mentirosas e têm total descompromisso com a verdade. Nós desconhecemos qualquer denuncia formal neste sentido", assegurou o magistrado.

**18 JAN**

## Dilma pede ao Banco Mundial antecipação de recursos ao Rio

Liberação de cerca de R\$ 800 milhões, que estava prevista para ser concluída apenas no ano que vem, servirá para remoção de famílias em áreas de risco e construção de novas habitações

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,dilma-pede-ao-banco-mundial-antecipacao-de-recursos-ao-rio,667960,0.htm>

18 de janeiro de 2011 | 19h 38

BRASÍLIA - O vice-diretor do Banco Mundial, Otaviano Canuto, informou que a presidente Dilma Rousseff pediu que a direção da instituição viesse ao Palácio do Planalto para endossar o pedido de US\$ 485 milhões, cerca de R\$ 800

milhões, de repasse de recursos para o Estado do Rio, e apressasse a sua liberação que estava prevista para ser concluída apenas no ano que vem.

De acordo com Otaviano, os recursos serão destinados à remoção de pessoas das áreas de risco e construção de novas habitações para atender os desabrigados, assim como para a capacitação de pessoal para lidar com catástrofes como as que aconteceram na região serrana do Rio, aproveitando experiências que o Banco tem em outros países, com episódios semelhantes.

Os recursos já estavam sendo negociados entre o governo do Rio de Janeiro e o Banco Mundial, mas a presidente Dilma fez questão de entrar na conversa para pedir a antecipação da liberação dos recursos. Também na entrevista dada após o encontro com Dilma, o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Makhtar Diop, anunciou que vai antecipar para abril e possivelmente, outubro, as parcelas de US\$ 200 milhões e US\$ 285 milhões que só seriam concluídas em 2012.

O governo brasileiro vai tentar fazer com que estes recursos cheguem até mais cedo. "Pedimos toda a celeridade para concessão dos empréstimos", disse a presidente Dilma na reunião. Ela espera que o Banco Mundial se sensibilize com o apelo e a tragédia e antecipe a liberação dos recursos e o apoio necessário ao Estado para atendimento às populações afetadas.

Para apressar o processo, o governo se compromete a encaminhar ao Congresso, no início de fevereiro, o pedido de aprovação dos empréstimos, que precisa ser endossado pelos parlamentares. Se isto for concretizado, é possível até mesmo que se consiga antecipar a primeira parcela para antes de abril.

18/01/2011 - 16h51

## Ministro anuncia criação de linha de crédito para comércio da região serrana do RJ

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/862364-ministro-anuncia-criacao-de-linha-de-credito-para-comercio-da-regiao-serrana-do-rj.shtml>

DO RIO  
DA AGÊNCIA BRASIL  
DE SÃO PAULO

O ministro da integração nacional, Fernando Bezerra, anunciou na tarde desta terça-feira em Nova Friburgo a criação de uma linha de crédito facilitada para que a indústria e o comércio da região serrana do Rio se recuperem. A região foi devastada pela chuva da semana passada.

A proposta, que deve ser anunciada oficialmente na quinta-feira, é de uma linha de financiamento com dois a quatro anos de carência, juros baixos e com prazo de pagamento de até dez anos. O objetivo é dar capital de giro ao comércio e reconstruir a infraestrutura.

A cidade de Nova Friburgo é um dos principais polos de produção de moda íntima do país, além de forte atuação no setor metal e mecânico e importante ponto turístico.

O anúncio foi feito depois de o ministro reunir-se na Prefeitura de Nova Friburgo com o governador Sérgio Cabral (PMDB), o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, além de autoridades estaduais e municipais.

Cabral, por sua vez, reclamou do sistema de alerta do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia). "A Defesa Civil do Estado repassou às cidades um alerta que ela recebe todos os dias de chuva moderada a forte. O que você interpreta de chuvas moderadas a forte, se toda vez você recebe o mesmo relatório?" questionou.

Segundo estimativas do governo do Estado, há 10 mil pessoas trabalhando nas sete cidades atingidas para resgatar vítimas, limpar e recuperar as vias. Cerca de 5.600 famílias estão desabrigadas nesses municípios. A estimativa da Secretaria de Assistência Social é de que a partir de fevereiro os desabrigados recebam a primeira parcela do aluguel-social, que deve durar por 12 meses.

O comitê dos ministros e do governador saiu de Nova Friburgo às pressas, temendo que uma pancada de chuva que se aproximava a deixasse presa na cidade. O helicóptero decolou pouco depois das 15h, sob forte chuva. Alguns membros da comitê não conseguiram chegar a tempo ao campo do Friburguense, local onde estava a aeronave, e foram deixados para trás. (...)

## Governo lança sistema de alerta que já deveria estar pronto

Em 2005, País assumiu com a ONU compromisso de criar um plano semelhante, mas praticamente nada fez

[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110118/not\\_imp667586,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110118/not_imp667586,0.php)

18 de janeiro de 2011 | 0h 00

Quinhentas áreas sob risco de deslizamento e 300 ameaçadas por inundações serão o primeiro alvo do Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais do País, lançado ontem em Brasília. Anunciado como uma nova política para evitar catástrofes a exemplo das que mataram 665 pessoas no Rio, o sistema é, na verdade, uma obrigação internacional já assinada pelo governo Lula há seis anos.

Em 2005, após o tsunami na Ásia, o Brasil e outros 167 países assinaram um acordo em que se previa que, até 2015, todos os governos teriam sistemas de alerta para reduzir riscos de desastres naturais. Passados seis anos, o Brasil praticamente nada fez.

Em um documento revelado com exclusividade pelo Estado ontem e anteontem, o próprio governo admitiu à ONU que não tem sistema de alerta, nem destinou recursos para transformar em realidade o acordo do qual é

signatário. Para completar, o governo diz que o sistema de Defesa Civil do País está "despreparado". 2015 é o prazo máximo dado pela ONU para que os sistemas de prevenção e alerta sejam adotados. Se isso não ocorrer, a imagem diplomática do País fica manchada.

Ontem, ao saber que até o fim do governo Dilma Rousseff o Brasil pretende reduzir em 80% o número de vítimas de tragédias nas áreas cobertas pelo novo sistema e fazer cair pela metade o total de vítimas de desastres naturais, a consultora externa da ONU e diretora do Centro para a Pesquisa da Epidemiologia de Desastres, Debarati Guha-Sapir, disse que o prazo de quatro anos é "assustador, surpreendente e triste". "Não entendo a razão de um país levar quatro anos para ter um sistema de alerta em funcionamento", atacou. "O que a população deve questionar é por que não existia esse sistema antes ou pelo menos quem é que barrou o dinheiro que iria para esses projetos que existem em todo o mundo."

Para Guha-Sapir, o Brasil não pode esperar até 2015 para tomar medidas. "Se medidas concretas não forem tomadas hoje, mais gente poderá morrer. Essa tragédia está se transformando em uma grande vergonha e constrangimento para o governo brasileiro."

Ontem, na reunião, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, falava da expectativa de já se começar a reduzir efeitos de desastres no próximo verão, mas o grosso do plano deverá estar pronto em quatro anos. Ao sair do encontro com Dilma, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, resumiu: "A Defesa Civil tem muito o que reestruturar. O sistema tem se revelado frágil, é uma realidade. Ninguém vai tapar o sol com a peneira. Temos de encarar a realidade e reagir".

**Ações.** O plano da ONU prevê medidas concretas de prevenção, educação da população, campanhas de conscientização, proibição de obras públicas em locais de risco, padronização de alertas e dezenas de outras ações.

Segundo a especialista da ONU, a transformação da situação no Brasil vai depender do tamanho da tragédia. "É lamentável dizer, mas parece ser a realidade no Brasil. Nas primeiras horas do desastre, o governo achou que não precisaria se preocupar porque os afetados eram apenas favelas e gente pobre. Pouco a pouco, descobre que é toda uma região em apuros. O fato de que ainda há corpos sendo encontrados é um sinal muito ruim."

18/01/2011 - 16h35

## Na região serrana do Rio, pacientes fazem fila por vacina que não existe

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/862353-na-regiao-serrana-do-rio-pacientes-fazem-fila-por-vacina-que-nao-existe.shtml>

**LUIZA BANDEIRA**

ENVIADA ESPECIAL A NOVA FRIBURGO

"Não tem vacina para hepatite. É só para tétano, para quem se feriu. E não existe vacina contra leptospirose", gritava a agente de saúde Soraya Babo para as cercas de 30 pessoas que aguardavam na fila da vacinação de um posto na manhã de segunda-feira (17) em Nova Friburgo, uma das cidades mais atingidas pela chuva na região serrana do Rio.

Enquanto isso, o professor Igor Fonseca, 27, entrava na sala de vacinação sem ter sofrido nenhum ferimento. Os funcionários perguntaram seu nome e sua idade. Nenhuma menção a cortes ou machucados na pele. "É por precaução, porque eu tive contato com a água", afirmou Fonseca.

Assim como ele, dezenas de pessoas tomaram a vacina ontem sem terem tido ferimentos. Muitas procuravam postos para se vacinar sem saber contra o quê. Também eram frequentes os pedidos por vacina contra a leptospirose, inexistente no país.

Quem queria se prevenir contra a hepatite A saía decepcionado. "As pessoas precisam é evitar o contato com a água contaminada", diz a coordenadora de imunização do município, Luzia Regina. Segundo ela, só estão sendo vacinadas contra hepatite as pessoas que tiveram contato com cadáveres.

O vendedor Juan Vitória, 30, no entanto, foi a dois lugares ontem e não conseguiu a vacina. Voluntário, ele trabalhou no transporte de 150 corpos na cidade.

Segundo o infectologista Juvêncio Furtado, não há indicação específica de vacinação contra tétano para quem não teve ferimentos. Ele destaca, porém, que todas as pessoas devem estar imunizadas contra a doença. A vacinação contra a hepatite A, segundo ele, seria importante no caso, já que a doença é transmitida por ingestão de água contaminada.

## **LEPTOSPIROSE**

A Subsecretaria de Vigilância em Saúde pediu ontem que moradores das localidades atingidas por enchentes na região serrana fiquem atentos quanto ao surgimento de sintomas de doenças comuns após inundações, entre elas a leptospirose. A doença é tratável, mas é importante que o diagnóstico seja feito o quanto antes.

A leptospirose é uma doença infecciosa causada pela bactéria leptospira, presente na urina do rato. Em situações de enchentes e inundações, ela mistura-se à água e pode penetrar no corpo dos moradores pela pele, principalmente se houver algum ferimento ou arranhão.

O superintendente de Vigilância Ambiental e Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, Alexandre Chieppe, lembra que os primeiros sintomas podem aparecer de um a 30 dias depois do contato com a enchente. O mais comum, porém, é que apareçam entre uma e duas semanas após o contato.

As queixas mais frequentes são de febre, dor de cabeça e dores pelo corpo, principalmente na panturrilha. Também pode ocorrer icterícia, coloração amarelada da pele e das mucosas.

O superintendente orientou também que moradores que tiveram suas residências tomadas pelas águas da enchente esperem a água baixar para lavar e desinfetar chão, paredes, objetos caseiros e roupas atingidas. Para a limpeza, é recomendado usar uma mistura de água sanitária e água (quatro xícaras de café de água sanitária para cada 20 litros de água). Depois, tudo deve ser enxaguado com água limpa.

Ainda de acordo com a secretaria, os alimentos que tiveram contato com a água da enchente devem ser jogados fora, pois podem transmitir doenças. A caixa d'água também deve ser limpa e desinfetada.

No Brasil não existe nenhuma vacina contra a leptospirose para o homem. Existem vacinas somente para uso animal, como em cães, bovinos e suínos. Eles devem ser vacinados anualmente para que não tenham risco de contrair a doença e transmiti-la ao homem.

**17 JAN**

## Auxílio a vítimas das enchentes enfrenta burocracia

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,auxilio-a-vitimas-das-enchentes-enfrentaburocracia,667472,0.htm>

17 de janeiro de 2011 | 19h 57

Depois da publicação, hoje, de uma série de decretos e portarias federais com medidas de auxílio às vítimas das enchentes na região serrana do Rio de Janeiro, os moradores das regiões mais atingidas começam a enfrentar a burocracia para terem acesso aos benefícios. Decreto da presidente Dilma Rousseff aumentou de R\$ 4.650 para R\$ 5.400 o limite máximo de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para trabalhadores dos municípios em estado de calamidade ou de emergência. A medida, no entanto, depende de outros passos.

Primeiro, o Ministério da Integração Nacional precisa reconhecer o estado de calamidade. Em seguida, as prefeituras têm de fazer o mapeamento das regiões atingidas e encaminhar à Caixa Econômica Federal (CEF) a Declaração de Áreas Afetadas. Finalmente, o trabalhador precisa comprovar à Caixa que mora em uma dessas áreas. Os municípios fluminenses de Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, Quatis, Resende e Rio Bonito já obtiveram a confirmação da Integração Nacional. Areal, Bom Jesus do Itabapoana, Pinheiral e Santo Antônio de Pádua aguardam o aval do ministério.

Hoje, foram depositados recursos emergenciais nas contas do Estado do Rio e dos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo. Outras cinco prefeituras (Petrópolis, Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Bom Jardim), que deveriam ter recebido pelo menos 50% dos recursos federais prometidos,



aguardam o pagamento para os próximos dias. Segundo o Ministério de Integração Nacional, trâmites burocráticos e problemas nas contas dos municípios impediram o depósito hoje. No total, R\$ 100 milhões serão destinados ao Estado e às sete cidades mais prejudicadas pelas chuvas.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) anunciou a antecipação do Bolsa-Família para 21 mil famílias de Teresópolis, Petrópolis e Friburgo. Em vez de o pagamento ser feito em dez dias, de acordo com o número final da inscrição, todos os recursos estarão disponíveis a partir de amanhã. Quem tiver o cartão do Bolsa-Família poderá fazer o saque imediatamente. Os moradores que perderam os documentos terão de obter uma declaração da prefeitura que atestará o pagamento do benefício. O formulário padrão do atestado foi encaminhado pelo ministério aos governos municipais.

O Banco do Brasil prorrogou por 180 dias os prazos de pagamentos para os produtores rurais que têm financiamento. A medida vale para os que vivem ou têm propriedade em 11 municípios atingidos pelas chuvas. Também serão criadas linhas de crédito facilitado para os que tiverem dificuldades de retomar as atividades agrícolas. "Outros municípios poderão ser incluídos. Não há necessidade de que estejam em estado de calamidade. Nossas superintendências apontam os municípios e a inclusão é feita rapidamente", disse hoje o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz.

O Ministério da Previdência deve anunciar na quarta-feira as regras para antecipação do pagamento de pensões e aposentadorias.

17/01/2011 - 19h11

## Após chuvas, governador anuncia gabinete de reconstrução da região serrana do RJ

DO RIO

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/861945-apos-chuvas-governador-anuncia-gabinete-de-reconstrucao-da-regiao-serrana-do-rj.shtml>

Atualizado às 19h23.

O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), anunciou nesta segunda-feira a criação do Gabinete Executivo de Reconstrução da Região Serrana, que será chefiado pelo prefeito de Bom Jardim, Affonso Monnerat. A região foi devastada pela chuva da semana passada.

(...)

## Brasil deve ter sistema de alerta contra desastres, mas só em 4 anos

Programa de prevenção foi anunciado após reunião entre Dilma e ministros; País tem 300 áreas sujeitas a alagamentos e 500 em risco de deslizamentos, com 5 milhões de moradores

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,brasil-deve-ter-sistema-de-alerta-contra-desastres-mas-so-em-4-anos,667332,0.htm>

17 de janeiro de 2011 | 14h 20

BRASÍLIA - O governo federal vai implementar um sistema nacional de prevenção e alerta contra desastres naturais a partir de um cruzamento de dados meteorológicos e um mapeamento das áreas de risco do País. O sistema completo, no entanto, só deverá estar em total funcionamento dentro de 4 anos. O País precisa, ainda, finalizar a identificação das áreas de risco e ampliar a cobertura de satélites, radares e equipamentos medidores de chuva.

Em reunião na manhã desta segunda-feira, 17, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff determinou aos ministros presentes - Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional; Nelson Jobim, da Defesa; Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia; José Eduardo Cardozo, da Justiça; Alexandre Padilha, da Saúde, e Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação da Presidência - que melhorem a capacidade de resposta nacional aos desastres naturais.

De acordo com Mercadante, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais recebeu há um mês um novo supercomputador que permitirá a diminuição das áreas climáticas mapeadas dos atuais 20 quilômetros quadrados para 5 quilômetros quadrados. Também terá a capacidade de acelerar cálculos e previsões de níveis de chuva. No entanto, ainda não há o detalhamento das áreas de risco. Para isso será preciso mais satélites, radares e pluviômetros, um equipamento que mede a quantidade de chuvas. A intenção é ter uma rede totalmente integrada de radares, incluindo os hoje usados exclusivamente pela aeronáutica.

Hoje, o Brasil teria 300 áreas sujeitas a inundações e 500 áreas de risco de deslizamentos onde moram 5 milhões de pessoas. Mas apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina tem um detalhamento. Ainda assim, nenhum dos Estados brasileiros têm um sistema, mesmo que rudimentar, de alerta antecipado. Segundo Mercadante, o ideal é que o sistema consiga avisar as pessoas nessas regiões com uma antecedência de pelo menos seis horas. "Não acabaria com as perdas materiais, mas reduziria ou acabaríamos com as vítimas", afirmou o ministro.

Na reunião ficou definido, ainda, que as Forças Armadas terão um papel maior na resposta aos desastres naturais, seja comandando as ações, seja em apoio aos Estados e municípios, como está acontecendo hoje no Rio de Janeiro. "Em áreas isoladas, por exemplo, o Ministério da Defesa pode assumir o comando. O ministério tem capacidade de trabalho pronta. A participação deverá ser decidida caso a caso pela presidente da República", disse Nelson Jobim.

O governo admite que a capacidade de resposta, atualmente, da Defesa Civil nacional é bastante limitada. "A secretaria de defesa civil tem muito o que reestruturar. O sistema tem se revelado frágil, é uma realidade. Ninguém vai tapar o sol com a peneira. Temos que encarar a realidade e reagir", disse Bezerra.

# Em Teresópolis, Prefeitura briga com Igreja e Cruz Vermelha por doações

Decano da Diocese de Petrópolis diz que situação é de boicote; prefeitura nega

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,em-teresopolis--prefeitura-briga-com-igreja-e-cruz-vermelha-por-doacoes-,667467,0.htm>

17 de janeiro de 2011 | 19h 34

RIO e TERESÓPOLIS - De um lado, donativos que chegam às toneladas de todo o País; de outro, a falta de entrosamento entre a prefeitura de Teresópolis e organizações que tentam fazê-los chegar de modo mais eficiente a quem precisa, como a Cruz Vermelha e a Igreja Católica, cuja iniciativa, segundo voluntários, está sofrendo obstrução por parte do poder público. Até médicos foram impedidos de trabalhar. Enquanto isso, milhares de desabrigados ainda têm dificuldades para conseguir água, alimentos e artigos básicos para sua sobrevivência.

Hoje, voluntários da Cruz Vermelha relataram que funcionários da prefeitura tentaram impedir a saída de carregamentos do galpão montado pela organização internacional no centro da cidade. A prefeitura nega. "Está acontecendo uma briga de egos aqui em Teresópolis. A prefeitura determinou que nada pode ser entregue sem sua autorização", disse Jairo Gama, um dos cem voluntários da Cruz Vermelha em atividade na cidade.

Numa reunião entre as duas partes, a prefeitura decidiu que iria centralizar a entrega do material. A Cruz Vermelha, no entanto, acredita que tenha condições de fazer um trabalho mais direcionado, já que dispõe de informações precisas sobre as necessidades de cada localidade.

Apesar da intervenção da prefeitura, a Cruz Vermelha continuou fazendo entrega de material hoje - montou um ponto de distribuição em outro ponto da cidade. "O que a gente quer é evitar o desperdício. Por exemplo: não adianta entregar 30 quilos de arroz a uma pessoa de uma vez só", explicou Luiz Alberto Sampaio, presidente da Cruz Vermelha no Rio.

O prefeito de Teresópolis, Jorge Mário Sedlacek, negou que houvesse qualquer problema de entendimento. "Uma operação como esta precisa de um comando centralizado. Está todo mundo cooperando. Não temos dificuldade com ninguém", afirmou. Mas no domingo, segundo relatos de voluntários, até a polícia teria, a mando da prefeitura, tentado impedir a saída de um caminhão.

Mesmo médicos que estão em Teresópolis para prestar atendimento gratuito à população sofreram impedimento de sair da base da Cruz Vermelha por funcionários da prefeitura. Isso ocorreu hoje de manhã. À tarde, numa reunião, ficou definido que a Cruz Vermelha atuará no atendimento nas cinco localidades mais castigadas. Mas a princípio estaria impedida, oficialmente, de entregar donativos.

A prefeitura de Teresópolis está sendo acusada também de impedir a distribuição de donativos por parte da Igreja Católica. Segundo o padre Paulo Botas, integrantes da comunidade católica que foram até o estádio Pedrão ouviram de funcionários municipais que "nenhuma igreja católica de Teresópolis iria receber doações". A prefeitura desmente a informação - diz que a religião dos desabrigados não é fator levado em consideração.

"O prefeito é evangélico e não quer que a ajuda vá para os católicos", critica o padre, da igreja do Sagrado Coração de Jesus de Barra do Imbuí, área bastante afetada pelas chuvas. Ele contou que foi alugado um galpão na frente da igreja, para onde seriam levados roupas e alimentos que emissários recolheriam do montante estocado no Pedrão.

Sem querer entrar em detalhes sobre a religião do prefeito, o padre Mario José Coutinho, decano da Diocese de Petrópolis, disse que a situação é de boicote à Igreja Católica. "É surreal, uma ofensa, uma vergonha. Transformaram uma questão humanitária em religiosa". Nesta terça, antes de rezar uma missa de sétimo dia no Imbuí, o bispo de Petrópolis, dom Filippo Santoro, terá uma reunião com o prefeito para discutir o assunto.

## Governo publica decreto de luto oficial que libera recursos do FGTS

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-publica-decreto-de-luto-oficial-que-libera-recursos-do-fgts,667236,0.htm>

Valor para saque será limitado a R\$ 5.400

17 de janeiro de 2011 | 9h 49

BRASÍLIA - O governo publicou nesta segunda-feira, 17, no Diário Oficial da União o decreto que autoriza o saque nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS às vítimas das últimas chuvas. O valor será limitado a R\$ 5.400,00 "desde que o intervalo entre uma movimentação e outra não seja inferior a doze meses."

Em outro decreto, a presidente Dilma Rousseff declara a partir desta segunda-feira luto oficial por três dias, em sinal de pesar pelas vítimas dos recentes desastres naturais ocorridos no País.

**Providências.** O governo federal publicou também nesta segunda-feira no portal da Presidência da República, a lista de providências para ajudar as famílias atingidas pelas enchentes no Rio de Janeiro. Além dos R\$ 100 milhões repassados ao governo do Estado e às prefeituras das cidades atingidas pelas enchentes, 586 militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram destacados para atuar no socorro às vítimas.

Foram deslocados das Forças Armadas 12 helicópteros, 74 viaturas, duas retroescavadeiras, um hospital de campanha, três ambulâncias, uma viatura

"Munk", um caminhão basculante, duas pás-carregadeiras, um gerador e uma torre de iluminação.

De acordo com o levantamento, além da área militar, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disponibilizou para a região 8.000 cestas de alimentos. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, encaminhou 44 toneladas de alimentos para Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo e Areal.

O Ministério da Saúde disponibilizou 7 toneladas de medicamentos e insumos para atender 45 mil pessoas por um período de um mês e cinquenta voluntários de seis hospitais federais do Rio de Janeiro estão atendendo nas regiões atingidas. Outros 300 profissionais de saúde estão de prontidão para atendimento hospitalar.

O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, também colaborou, colocando à disposição da região 4.000 barracas de lona.

A nota acrescenta que o governo federal continuará acompanhando a situação e dará total prioridade de atendimento à população.

17/01/2011 - 08h53

## Isoladas, sem comida e sem luz, famílias do Rio recebem ajuda após seis dias

DE SÃO PAULO

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/861583-isoladas-sem-comida-e-sem-luz-familias-do-rio-recebem-ajuda-apos-seis-dias.shtml>

Um grupo de 40 pessoas isolado havia seis dias teve ontem seu primeiro contato com qualquer tipo de ajuda desde os deslizamentos de terra e enchentes que mataram mais de 630 pessoas na região serrana do Rio. A informação é da reportagem de **Vinícius Queiroz Galvão** e **Jorge Araújo** publicada na edição desta segunda-feira da **Folha** ([Íntegra](#) está disponível para assinantes do jornal e do UOL).

A **Folha** acompanhou o voo de um helicóptero do Exército até o grupo, em Santa Rita, em Teresópolis. Como muitos outros que estão sendo localizados, eles estavam sem comida e luz. E tiveram de permanecer lá, pois o local não é considerado de risco e os abrigos nas áreas urbanas estão lotados. Só foram resgatados feridos e doentes. Mantimentos foram deixados.

Desde terça, não para de chover. A falta de visibilidade dificulta as decolagens. "Temos de separar a emoção da razão para não correr risco", diz o capitão do Exército e piloto Leandro Assumpção. Até ontem, o Exército havia resgatado com helicópteros 134 famílias. A PM contabilizava 600 pessoas resgatadas assim até sexta-feira.

(...)

**DOAÇÕES**

De acordo com reportagem publicada hoje na Folha, há ao menos 170 toneladas de doações e milhares de voluntários, mas a [situação caótica](#) na região serrana do Rio tem dificultado a entrega de água, comida e roupas aos moradores que mais precisam de ajuda. Também começam a surgir indícios de desvios das doações.

Na cidade de Teresópolis, o centro que recebe e distribui donativos é o ginásio Pedrão. Policiais militares vigiam o procedimento. "Tem gente que recebeu e não estava desabrigado. Tem gente que recebeu dez vezes a mesma coisa", diz o empresário Sérgio Epifânio, um dos coordenadores do atendimento

**16 JAN**

16/01/2011 - 09h49

## **Logística inova reação a desastre natural**

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/861230-logistica-inova-reacao-a-desastre-natural.shtml>

No Rio de Janeiro, já faltam até sacos para recolher cadáveres, mas a logística humanitária tem se desenvolvido muito pelo mundo, empregando modelos utilizados pelas empresas privadas de logística.

O conhecimento utilizado após grandes catástrofes como o tsunami asiático, o furacão Katrina e o terremoto no Haiti produziu lições que estão sendo estudadas em todo o mundo.

Cursos superiores e multidisciplinares sobre defesa civil se tornam populares em universidades americanas e asiáticas.

Arquitetos e urbanistas estudam materiais resistentes à água e ao fogo, e fazem projetos de reconstrução que evitem futuros desastres.

Várias dessas lições podem servir de exemplo ao Brasil:

### **PADRÃO DE EMERGÊNCIA**

O projeto Esfera, estabelecido após o genocídio de Ruanda, criou padrões de base para a ajuda. Cada vítima necessita entre 7,5 e 15 litros de água para beber, cozinhar e lavar e 2.100 calorias por dia, mas 3,5 m<sup>2</sup> de abrigo.

Uma instituição católica na República Dominicana, que sempre responde a tragédias, compra barras de granola, sardinhas em lata e creme de amendoim, ricos em proteína, não perecíveis e de fácil transporte.

### **PAPELÃO E NEGÓCIO**

O arquiteto japonês Shigeru Ban, voluntário no terremoto de Kobe (1995), desenvolveu tendas, escolas e clínicas que não oferecem risco de novo desabamento.

Na moldura das construções, tubos de papelão recicláveis são reforçados e preparados à prova d'água e resistentes ao fogo, o piso é de espuma e o teto é feito com madeira compensada, revestido de isolante.

As tendas foram usadas após o tsunami no Sudeste Asiático, em 2004. Companhias japonesas com fábricas na China produziram mais de 50 mil.

## **SOFTWARE E BOLSAS**

Depois de vender para a UPS sua empresa de transportes, presente em 120 países e com 10 mil funcionários, por US\$ 500 milhões, o americano Lynn Fritz, 63, criou o Instituto Fritz, consultoria que emprega seus conhecimentos em armazenagem e distribuição.

Ele desenvolveu programas de computação que ensinam logística a ONGs; criou uma conferência anual que reúne especialistas para discutir os últimos desastres; e oferece bolsas de estudo em universidades americanas que estudam resposta a tragédias. Microsoft, Intel e Philips colaboram com Fritz.

## **POSTOS AVANÇADOS**

Próximos a áreas onde desastres acontecem com frequência, são instalados polos logísticos com pessoal treinado, armazenamento para remédios, tendas e material de resgate.

A Federação Internacional da Cruz Vermelha criou polos logísticos em Dubai e Kuala Lumpur, com boa comunicação e onde alfândega e burocracia funcionam bem.

A "Cidade Humanitária Internacional", em Dubai, inclusive, é uma área com isenção de taxas e impostos.

Essa logística reduziu os custos da Cruz Vermelha com uma família em risco de US\$ 740 para US\$ 185.

## **GPS**

Após o terremoto do Haiti, no ano passado, a ONG britânica Map Action usou GPS e imagens de satélite e Google Maps para localizar desabrigados, checar que ruas ou estradas estavam bloqueadas ou pontes que desmoronaram facilita a busca e evita desperdício de tempo.

## **CONTRATO COM VAREJO**

A Cruz Vermelha assinou contratos com empresas de transporte e grandes redes varejistas para a realização de compras emergenciais com preço preestabelecidos, evitando desperdício de tempo com negociações.

Há encomendas periódicas de redes contra mosquito fabricadas no Vietnã e utensílios de cozinha e de higiene made in China.

# Só 1 de cada 5 cidades tem Defesa Civil

AGNALDO BRITO

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/861231-so-1-de-cada-5-cidades-tem-defesa-civil.shtml>

DE SÃO PAULO

Gente amontoada em salas de aula, espalhadas em quadras poliesportivas, abrigadas em templos religiosos.

A realidade brasileira no apoio humanitário tem arranjos muitos mais improvisados em relação àqueles usados em outros cantos do mundo. E esse é apenas uma parte do problema.

Dos 5.565 municípios brasileiros, apenas cerca de 1.000 possuem organizações de Defesa Civil. O que significa que, de cada 5 cidades, 4 estão à mercê da sorte em caso de catástrofe.

Mas nem a coordenação desses mil municípios existe como deveria. O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, que teria essa função, é apenas uma rubrica no Orçamento federal. Há dois anos a dotação está lá.

"O que existe desse centro hoje em Brasília nem sequer conta com um meteorologista", diz Gil Castello Branco, do sítio Contas Abertas.

Neste semana, a publicação revelou dados do que pode ser uma grande distorção na manobra do orçamento público para as ações de defesa civil: pouca prevenção e muito socorro.

A liberação de recursos para emergências é 13 vezes superior ao disponibilizado para prevenção de desastres. A explicação: faltam projetos. Para Castello Branco, está aí uma oportunidade para o setor privado.

"As prefeituras não conseguem fazer projeto de saneamento, o que dizer de projetos complexos que envolvem estudos de geologia e de drenagem. É fundamental mobilizar os recursos que existem. Na universidade, no Exército, na iniciativa privada."

Humberto Vianna, assessor do Ministério de Integração Nacional, reconhece que a estrutura de defesa civil no Brasil está viciada na "cultura da emergência", e não na "cultura da prevenção".

"Junto com a necessidade de profissionalização da atividade no país, essa mudança cultural é um grande desafio", afirma.

## SEM INFORMAÇÃO

Mas, até antes da mudança de prioridades, há um vácuo ainda mais constrangedor: a Defesa Civil não possui um mapeamento nacional a partir do qual possa planejar ações sobre áreas com potencial de catástrofes.

A boa notícia é que, apesar de tardio, o governo federal tomou uma providência para começar a resolver esse problema no ano passado.



Um estudo inédito foi encomendado ao Ceped (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres), instalado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), um dos poucos núcleos dedicados ao estudo do tema no país.

A missão é mapear todas as áreas de risco no território nacional e finalmente mensurar os custos econômicos e de vidas humanas em tragédias ocorridas desde 1990.

"O levantamento dará uma visão mais clara sobre onde estão os perigos e dará ao Brasil enfim dados para atuar na prevenção de desastres", diz Marcos Dalmau, diretor de projetos do Ceped. É um trabalho demorado. Os primeiros dados só serão conhecidos em 2012.

Se essa deficiência já representa um risco hoje, o que esperar do futuro, quando especialistas alertam para a ampliação do número de atingidos por inundações.

Por ano, 10 milhões de pessoas são afetadas por enchentes e enxurradas no mundo. As mudanças climáticas podem multiplicar por cinco esse número até 2080.

"A recorrência de eventos climáticos mais graves e mais frequentes lança o desafio premente da profissionalização do sistema nacional de defesa civil", adverte Márcio Luiz Alves, um dos maiores especialistas no tema no país.

O major Alves, hoje diretor da Defesa Civil de Santa Catarina -- há 22 anos na atividade --, já encarou catástrofes humanitárias de grande repercussão na década passada, como a inundação do Vale do Itajaí, em 2008, ou o furacão Catarina, em 2004.

Ele não se opõe à tese da desmilitarização da Defesa Civil, um tema recorrente no setor. Diz apenas que, civil ou militar, o setor precisa de um choque de gestão para funcionar.

**15 JAN**

## Governo brasileiro admite à ONU despreparo em tragédias

Documento assinado pela secretária Nacional de Defesa Civil já previa 'aumento de ocorrência de desastres

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-brasileiro-admite-a-onu-despreparo-em-tragedias,666689,0.htm>

15 de janeiro de 2011 | 16h 21

O governo brasileiro admitiu à Organização das Nações Unidas (ONU) que grande parte do sistema de defesa civil do País vive um "despreparo" e que não tem condições sequer de verificar a eficiência de muitos dos serviços existentes. O Estado obteve um documento enviado em novembro de 2010 por Ivone Maria Valente, da Secretaria Nacional da Defesa Civil (Sedec), fazendo um raio X da implementação de um plano nacional de redução do impacto de

desastres naturais. Suas conclusões mostram que a tragédia estava praticamente prevista pelas próprias autoridades.

Diante do tsunami que atingiu a Ásia e do aumento do número de desastres naturais no mundo nos últimos anos, a ONU foi pressionada a estabelecer um plano para ajudar governos a fortalecer seus sistemas de prevenção. Em 2005, governos chegaram a um acordo sobre a criação de um plano de redução de risco para permitir que, até 2015, o mundo estivesse melhor preparado para responder às catástrofes.

Uma das criações da ONU, nesse contexto, foi o Plano de Ação de Hyogo (local da conferência onde o acordo foi fechado). No tratado, a ONU faz suas recomendações de como governos devem atuar para resistir a chuvas, secas, terremotos e outros desastres. Ficou também estabelecido que os 168 governos envolvidos se comprometeriam a enviar a cada dois anos um raio X completo de como estavam seus países em termos de preparação para enfrentar calamidades e o que estavam fazendo para reduzir os riscos.

Na versão enviada pelo próprio governo do Brasil ao escritório da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres, no fim de 2010, as constatações do relatório nacional são alarmantes. "A maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação", afirma o documento em um trecho. Praticamente um a cada quatro municípios do País sequer tem um serviço de defesa civil e, onde existe, não há como medir se são eficientes.

"Em 2009, o número de órgãos municipais criados oficialmente no Brasil (para lidar com desastres) alcançou o percentual de 77,36% dos municípios brasileiros, entretanto, não foi possível mensurar de forma confiável o indicador estabelecido como taxa de municípios preparados para prevenção e atendimento a desastres", diz o documento em outra parte.

**Limitações.** No relatório, o Brasil é obrigado a dar uma resposta ao desempenho em determinados indicadores sugeridos pela ONU. Em um dos indicadores - que trata de avaliação de risco de regiões - o governo admite ter feito avanços, "mas com limitações reconhecidas em aspectos chave, como recursos financeiros e capacidade operacional". Na avaliação de risco, por exemplo, o governo admite que não analisou a situação de nenhuma escola ou hospital no País para preparar o documento.

O próprio governo também aponta suas limitações em criar um sistema para monitorar e disseminar dados sobre vulnerabilidade no território. O governo também reconhece que a situação é cada vez mais delicada para a população. "A falta de planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, têm contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais", diz o documento assinado por Ivone Maria.

**Consequência.** "A não implementação do Programa (de redução de riscos) contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais", afirmou o relatório.

O órgão também deixa claro que o Brasil estaria economizando recursos se a prioridade fosse a prevenção. "Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres. O grande volume de recursos gastos com o atendimento da população atingida é muitas vezes maior do que seria necessário para a prevenção. Esses recursos poderiam ser destinados à implementação de projetos de grande impacto social, como criação de emprego e renda", conclui o documento.

## FAB mobiliza helicópteros, aeronaves e caminhões para ajuda no RJ

Também foram disponibilizados um Hospital de Campanha, além de alimentos e equipamentos

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,fab-mobiliza-helicopteros-aeronaves-e-caminhoes-para-ajuda-no-rj,666646,0.htm>

15 de janeiro de 2011 | 12h 30

A Força Aérea Brasileira (FAB) informou neste sábado que disponibilizou ajuda para o apoio de transporte aéreo e terrestre, alimentação, comunicações e telefonia fixa e via rádio, além de um Hospital de Campanha (HCAMP), para serem utilizados nas operações de socorro às vítimas das inundações e deslizamentos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. O hospital tem capacidade para acomodar 32 leitos e pode realizar até 400 atendimentos por dia.

A FAB também estabeleceu um Subcentro de Operações de Busca e Salvamento (SCOBS) na cidade de Petrópolis, que está instalado no 32º Batalhão de Infantaria Motorizada e realiza buscas na região, com três helicópteros Super Puma H-34, utilizados no transporte das equipes de resgate e em operações de busca e salvamento.

Também foram disponibilizados pela FAB aeronaves Hércules C-130, com capacidade para 20 toneladas de carga paletizada, e Amazonas C-105, que transportam nove toneladas, podendo ser utilizados para transporte de material de ajuda humanitária provenientes de outras cidades/ Estados. A ajuda da FAB inclui ainda quatro carretas com capacidade de até 30 toneladas de carga cada, cinco caminhões com capacidade de até dez toneladas de carga cada, e apoio móvel de alimentação com capacidade de atender 150 pessoas por dia.

## Brasil recusa auxílio da ONU

O serviço humanitário da Organização das Nações Unidas (ONU) ofereceu ajuda ao Brasil e se colocou à disposição para auxiliar no resgate e atendimento à população após um dos piores desastres naturais da história do País. Mas, apesar de contatos diplomáticos, o governo brasileiro optou por não aceitar a participação da ONU nos trabalhos. Nos últimos anos, aceitar o envolvimento das Nações Unidas se transformou, na visão de vários governos, em certificado de incapacidade desses políticos de lidar com problemas domésticos.

Telegrama interno da ONU, obtido pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, entre a sede da entidade em Nova York e Genebra revelou que o Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários (conhecido pela sigla Ocha) passou os últimos dias em operações para se colocar apto para atuar na região serrana do Rio. O telegrama da sede da ONU ainda apontou como o representante da entidade no Rio de Janeiro havia sido contatado e indicava a mobilização da ONU para uma eventual intervenção.

Contatos diplomáticos também foram realizados entre a ONU e o governo brasileiro. A organização, porém, somente pode intervir se o país vítima de uma calamidade faz o pedido.

"Estamos prontos para ajudar, se o pedido pelo Brasil for feito", afirmou a porta-voz da ONU, Elisabeth Byrs. Ela confirmou que o pedido de ajuda "não foi transmitido" pelo governo brasileiro, uma maneira diplomática para dizer que a oferta de participação da ONU não foi aceita pelo governo brasileiro.

Em telegramas internos da entidade lidos pelo Estado, a ONU admite que "difícilmente" o Brasil faria um pedido de ajuda internacional. De acordo com a avaliação feita pela própria ONU, crises semelhantes no passado, ainda que com um número inferior de mortos, foram tratadas pelo governo brasileiro "com seus próprios recursos".

Em 2008, Mianmar rejeitou ajuda externa após o ciclone que arrasou o país, temendo que a cooperação ajudasse a acabar com um dos governos mais fechados do planeta.

Ajuda externa. A Embaixada dos Estados Unidos anunciou que o governo americano ofereceu US\$ 100 mil em recursos para as vítimas das enchentes em São Paulo e no Rio. O embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, anunciou que a verba será repassada à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais e destina-se à aquisição de produtos de higiene, limpeza e roupas, já que os governos brasileiro e dos Estados já organizam o envio de alimentos e água. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

# Brasil tem tecnologia contra enchentes, mas falta vontade política, diz cientista belga

DE SÃO PAULO

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/861050-brasil-tem-tecnologia-contra-enchentes-mas-falta-vontade-politica-diz-cientista-belga.shtml>

Para a epidemiologista belga Debarati Guha-Sapir, diretora do Cred (Centro de Pesquisas sobre Epidemiologia de Desastres), referência mundial na área, e professora da Universidade de Louvain, em Bruxelas, as chuvas não devem ser culpadas pela tragédia no Rio. "Também tivemos chuvas fortes na Bélgica, mas ninguém morreu."

A informação é da reportagem de **Sabine Righetti** publicada na edição deste sábado da **Folha** ([íntegra](#) está disponível para assinantes do jornal e do UOL)

Segundo Guha-Sapir, sempre há dois lados positivos. "Primeiro, tendem a acontecer no mesmo lugar de tempos em tempos -diferentemente dos terremotos, que sempre pegam de surpresa. Zonas de risco de inundação costumam ser bem conhecidas por autoridades e moradores. Segundo: a engenharia e a tecnologia já têm soluções eficazes para inundações. E muitas têm custos relativamente baixos, como aterros e drenagem. Outras são mais caras, como os açudes. Mas todas são eficientes", ressalta a epidemiologista.

15/01/2011 - 03h30

## Rio foi alertado em 2008 sobre risco de desastre em região serrana

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/861010-rio-foi-alertado-em-2008-sobre-risco-de-desastre-em-regiao-serrana.shtml>

Um estudo encomendado pelo próprio Estado do Rio de Janeiro já alertava, desde novembro de 2008, sobre o risco de uma tragédia na região serrana fluminense --como a que ocorreu na última segunda-feira e que já deixou ao menos 547 mortos--, informa a reportagem de **Evandro Spinelli** publicada na edição deste sábado da **Folha** ([íntegra](#) disponível para assinantes do jornal e do UOL).

A situação mais grave, segundo o relatório, era exatamente em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, os municípios mais devastados pelas chuvas e que registram o maior número de mortes. Essas cidades tiveram, historicamente, o maior número de deslizamentos de terra.

O estudo apontou a necessidade do mapeamento de áreas de risco e sugeriu medidas como a recuperação da vegetação, principalmente em Nova Friburgo, que tem maior extensão de florestas.

Quanto a Petrópolis e Teresópolis, o estudo informou que as cidades convivem com vários fatores de risco diferentes --boa parte da área urbana em montanhas e planícies fluviais-- e podem ser atingidas por desastres "capazes de gerar efeitos de grande magnitude".

Sobre Nova Friburgo, o documento relata que boa parte de sua população vive em áreas de risco. A cidade registra um dos maiores volumes de chuva do Estado do Rio.

**14 JAN**

## Forças Armadas têm 506 homens na serra do RJ

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,forças-armadas-tem-506-homens-na-serra-do-rj,666381,0.htm>

14 de janeiro de 2011 | 20h 54

Já foi deslocado pelas Forças Armadas para o Rio de Janeiro, para apoiar as ações da Defesa Civil na região de serra do Estado. Os helicópteros, entretanto, não conseguiram chegar hoje à região atingida, devido ao mau tempo. Os militares têm expectativa de que amanhã as condições meteorológicas melhorem, permitindo o acesso dos helicópteros e, assim, ação plena da equipe da "Operação Serrana". O balanço da ação das Forças Armadas na região foi divulgado na noite de hoje pelo Ministério das Defesas.

As principais ações efetuadas, ressalta o ministério da Defesa, envolvem a desobstrução de vias e remoção de escombros em três cidades; o apoio à Defesa Civil na distribuição de donativos; e o atendimento médico (HCamp) em Nova Friburgo.

A partir de hoje, as operações estão sendo coordenadas pelo General-de-Divisão Oswaldo de Jesus Ferreira, comandante da 1ª Divisão de Exército (1ªDE), do Rio de Janeiro. Ele terá sob seu comando um oficial de cada uma das Forças envolvidas na operação: Marinha, Exército e Aeronáutica.

A centralização das operações em um único comando foi determinada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, por meio da Diretriz Ministerial 01/2011, assinada hoje. O documento determina a nomeação de um comandante de um Centro de Operações Militares Federais (não envolve as forças estaduais), e o emprego dos meios necessários, além dos que já estavam sendo destinados nos dias anteriores.

O acompanhamento operacional das tropas federais será feito pelo Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, do Ministério da Defesa, General-de-Exército José Carlos De Nardi, que tem o papel de empregar as forças em conjunto, enquanto os comandantes das Forças tem o papel do adestramento das mesmas e do emprego isolado.

## Falta luz, água e comida para a população no RJ

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,falta-luz-agua-e-comida-para-a-populacao-no-rj,666357,0.htm>

Três dias depois do temporal que arrasou parte da Região Serrana do Rio de Janeiro, o desespero toma conta dos sobreviventes nos oito municípios atingidos. Falta luz, água e comida para a população. Há cidades ainda isoladas, como São José do Vale do Rio Preto e Bom Jardim. As prefeituras já contabilizam 537 mortos, 6170 desabrigados (pessoas que perderam tudo e precisam dos abrigos públicos) e 8420 desalojados (que podem contar com ajuda de vizinhos e familiares).

No meio de tanta dor, os sobreviventes ainda tiveram que conviver hoje com boatos alarmistas. No centro de Teresópolis, na área comercial mais movimentada da cidade, ocorreu um assalto a uma loja. Mas o que se espalhou é que teriam havido vários saques, arrastão e até tiroteio. Comerciantes fecharam as portas e, com medo, demoraram a reabrir.

Em Nova Friburgo, informações infundadas sobre o rompimento de uma barragem provocou correria no centro, com gente afobada chorando pelas ruas. Motoristas abandonaram seus carros; alguns voltaram na contramão. Sobreviventes continuam tentando encontrar familiares entre os mortos. Na cidade, a orientação é que eles levem fotografias em que seus parentes apareçam com os dentes à mostra. Isso para facilitar a identificação de corpos que já estejam em estado avançado de decomposição.

Em Teresópolis, onde já morreram 229 pessoas, são tantos corpos no Instituto Médico Legal (IML) da cidade, que hoje as pessoas tiveram que usar máscaras para suportar o mau cheiro na hora de reconhecer os corpos de seus parentes. Os sepultamentos não param. Mesmo de madrugada, familiares choravam seus mortos tentando se equilibrar, na chuva e sem iluminação, entre as mais de 180 covas rasas abertas.

Com a falta de lugar para os enterros, a Justiça do Rio autorizou a exumação antecipada de corpos enterrados em 2007 no cemitério Carlinda Berlim, o principal de Teresópolis. Os restos mortais deveriam ser retirados ao longo de 2011, mas isso será feito emergencialmente, para que deem lugar às vítimas.

O socorro continua desembarcando nas áreas atingidas. Hoje, 225 homens da Força Nacional de Segurança chegaram à Região Serrana. Eles vão auxiliar nas buscas por vítimas e na manutenção da ordem pública nas áreas atingidas pelos temporais no Estado, principalmente em Teresópolis.

O secretário de Defesa Civil do município de Teresópolis, Flávio de Castro, disse hoje que o número oficial de desaparecidas era de 25. Mas admitiu que provavelmente há muito mais corpos nos locais onde os bombeiros não conseguiram chegar.

## **Falta de planejamento fez chuva no Brasil matar mais que na Austrália, diz especialista**

DA BBC Brasil

<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/860397-falta-de-planejamento-fez-chuva-no-brasil-matar-mais-que-na-australia-diz-especialista.shtml>

A falta de "comunicação" e de um plano de emergência fez com que as fortes chuvas na região serrana do Rio resultassem em uma tragédia maior do que a ocorrida em Queensland, na Austrália, também submersa recentemente pelas águas. A opinião é de Margareta Wahlström, subsecretária-geral da ONU para a Redução de Riscos de Desastres.

"Por causa da ocorrência de ciclones, a Austrália já tinha começado a se preparar para o imprevisível. As autoridades sabem como evacuar as áreas e a população escuta as orientações pelo rádio", explicou à BBC Brasil.

No país da Oceania, inundações em três quartos do Estado de Queensland haviam provocado 13 mortes até a última quarta-feira. Na serra fluminense, o saldo de mortos passou de 400 na tarde de quinta-feira.

Para Wahlström, o Brasil poderia ter evitado mortes se tivesse planos de emergência eficazes. Ela cita como exemplo iniciativas de outros países em desenvolvimento, como a Indonésia, que "apesar de ser uma nação pobre, têm planos de evacuação diante de ameaças de terremoto e de erupção de vulcão, por exemplo".

"São iniciativas que salvam vidas", diz ela.

Monitorar as áreas de risco e montar um sistema de alerta --com a designação de um líder para orientar a população e a criação de abrigos pré-definidos para receber moradores-- são medidas consideradas básicas por Wahlström para evitar mortes como as ocorridas em Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo.

"As pessoas precisam saber para onde ir e como ir, qual seria o caminho mais seguro. Uma solução comum são centros comunitários preparados para receber a população", afirmou à BBC Brasil.

Wahlström tem mais de 25 anos de experiência em gestão de catástrofes e coordenou pelas Nações Unidas a assistência às comunidades atingidas pelo tsunami de 2004 na Ásia. Em 2010, viu de perto no Rio de Janeiro as consequências da chuva no início do ano. No mês passado, esteve em Queensland, no local que está sendo assolado pelas enchentes.

"No Brasil, ainda há muito a ser feito em termos de planejamento urbano. Os governos têm que trabalhar com a população e realmente proibir construções em áreas de risco. Muitas regulamentações existem, o problema é que nem sempre são cumpridas", disse a subsecretária-geral da ONU para a Redução de Riscos de Desastres.

Segundo Wahlström, os desastres naturais nos últimos 10 anos provocaram prejuízos de quase US\$ 1 trilhão na economia global. São perdas que poderiam ser em grande parte evitadas. Um estudo citado pela representante da ONU aponta que, para cada US\$ 1 investido em prevenção, é possível economizar pelo menos US\$ 7 em resgates e reconstrução.



"Não é necessário sofrer assim. Há uma escolha (a ser feita), e a escolha é planejar. O número de desastres vai continuar crescendo, e todo investimento em planejamento é um bom investimento", opinou.

## Gastos com prevenção de desastres naturais são minimizados

DO RIO  
DE BRASÍLIA

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/860388-gastos-com-prevencao-de-desastres-naturais-sao-minimizados.shtml>

Tanto o governo federal quanto o Estado do Rio gastam muito mais para consertar estragos de desastres naturais do que com prevenção.

O governo fluminense gastou dez vezes mais em consertos do que em prevenção. Reservou R\$ 8 milhões para contenção de encostas e repasses às prefeituras para combate a enchentes e deslizamentos. Diante das mortes e da destruição em Angra dos Reis, Niterói e outras localidades, desembolsou R\$ 80 milhões para reconstrução.

Segundo a Secretaria de Obras, as prefeituras têm dificuldades para formatar projetos e mapear áreas de risco, o que pode garantir a liberação de verbas de prevenção.

Já a União gastou 14 vezes mais com reconstrução do que com prevenção em 2010.

Conforme a ONG Contas Abertas, que monitora gastos públicos, foram R\$ 167,5 milhões para prevenir e R\$ 2,3 bilhões para remediar.

O padrão deve se repetir. Já são R\$ 700 milhões para o atendimento emergencial das vítimas da região serrana do Rio, verba cinco vezes superior ao que se está previsto para prevenção neste ano, informa reportagem publicada na **Folha** desta sexta-feira.

## Projetos anti-enchente ficam parados no Congresso

DE SÃO PAULO

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/860419-projetos-anti-enchente-ficam-parados-no-congresso.shtml>

Em meio às chuvas que deixaram milhares de vítimas e desabrigados no Rio e São Paulo, mais de 30 projetos com medidas para minimizar os efeitos das enchentes estão parados no Congresso. A informação é da reportagem de **Gabriela Guerreiro** publicada na edição desta sexta-feira da **Folha** ([íntegra](#) está disponível para assinantes do jornal e do UOL).

De acordo com o texto, as propostas vão de benefícios fiscais para quem doa recursos às vítimas das chuvas até informações solicitadas ao governo federal em tragédias passadas que nunca chegaram ao Legislativo. A cada novo episódio com desabrigados e destruição de municípios, congressistas apresentam propostas que acabam, a maioria, sem sair do papel.

Em 2009, o senador Romeu Tuma (morto no ano passado) apresentou projeto que prioriza desabrigados pelas enchentes nas ações habitacionais do governo.

Na época, Tuma foi motivado pelas chuvas que atingiram São Paulo no final de 2009. Até hoje a proposta espera por votação na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado (...)

**13 JAN**

## Catástrofe no Rio: Polícia Civil identifica 423 mortos

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,catastrofe-no-rio-policia-civil-identifica-423-mortos,665816,0.htm>

13 de janeiro de 2011 | 18h 14

Em nota, a Polícia Civil do Rio informou que até as 17h30 de hoje os peritos já identificaram 423 mortos vítimas das chuvas na Região Serrana do Estado. Segundo a nota foram identificados 199 corpos em Friburgo, 176 em Teresópolis, 13 em Sumidouro e 35 em Itaipava, distrito de Petrópolis.

## Mudanças climáticas não podem ser desculpa para enchentes, diz especialista

Para diretora de centro de pesquisas sobre desastres, governos não podem evitar chuvas, mas devem agir para prevenir consequências.

<http://www.estadao.com.br/noticias/vida,mudancas-climaticas-nao-podem-ser-desculpa-para-enchentes-diz-especialista,665609,0.htm>

13 de janeiro de 2011 | 9h 21

O aumento da incidência de chuvas em consequência das mudanças climáticas globais não pode servir de desculpa para os governos não agirem para evitar enchentes, na avaliação de Debarati Guha-Sapir, diretora do Centro de Pesquisas sobre a Epidemiologia de Desastres (CRED), de Bruxelas, na Bélgica.

"Não é possível fazer nada agora para que não chova mais. Mas temos que buscar os fatores não ligados à chuva para entender e prevenir desastres como esses (das enchentes no Brasil e na Austrália)", disse ela à BBC Brasil.

"Dizer que o problema é consequência das mudanças climáticas é fugir da responsabilidade, é desculpa dos governos para não fazer nada para resolver o problema", critica Guha-Sapir, que é também professora de Saúde Pública da Universidade de Louvain.

**Dados.** O CRED vem coletando dados sobre desastres no mundo todo há mais de 30 anos. Guha-Sapir diz que os dados indicam um aumento considerável no

número de enchentes na última década, tanto em termos de quantidade de eventos quanto em número de vítimas.

Segundo ela, as consequências das inundações são agravadas pela urbanização caótica, pelas altas concentrações demográficas e pela falta de atuação do poder público.

"Há muitas ações de prevenção, de baixo custo, que podem ser adotadas, sem a necessidade de grandes operações de remoção de moradores de áreas de risco", diz, citando como exemplo proteções em margens de rios e a criação de áreas para alagamento (piscinões).

Para a especialista, questões como infraestrutura, ocupação urbana, desenvolvimento das instituições públicas e nível de pobreza e de educação ajudam a explicar a disparidade no número de vítimas entre as enchentes na Austrália e no Brasil.

"A Austrália é um país com uma infraestrutura melhor, com maior capacidade de alocar recursos e equipamentos para a prevenção e o resgate, com instituições e mecanismos mais democráticos, que conseguem atender a toda a sociedade, incluindo os mais pobres, que estão em áreas de mais risco", afirma.

Para ela, outro fator que tem impacto sobre o número de mortes é o nível de educação da população. "Pessoas mais educadas estão mais conscientes dos riscos e têm mais possibilidades de adotar ações apropriadas", diz,

Apesar disso, ela observa que a responsabilidade sobre as enchentes não deve recair sobre a população. "Isso é um dever das autoridades. Elas não podem fugir à responsabilidade", afirma. BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

## Setenta cidades mineiras já decretaram emergência pelas chuvas

Em todo o estado, mau tempo provocou estragos em 119 municípios de Minas Gerais

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,setenta-cidades-mineiras-ja-decretaram-emergencia-pelas-chuvas,665728,0.htm>

13 de janeiro de 2011 | 14h 26

BELO HORIZONTE - As chuvas continuam causando transtornos em Minas, principalmente nas regiões da Zona da Mata e sul do Estado. Na região metropolitana de Belo Horizonte, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, permaneceu, no início da manhã hoje, fechado por quase três horas para pousos e decolagens devido ao mau tempo. De acordo com a

Infraero em Confins, o aeroporto ficou fechado das 6h30 às 9h15 e desde então opera por instrumentos. Até as 14h, dos 74 voos programados, foram registrados atrasos em 41, ou 55,4 %. O número de cancelamentos chegava a 15, ou 20,3% do total de voos.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) comunicou hoje que mais quatro municípios decretaram situação de emergência, subindo para 70 o número de prefeituras que recorreram à medida administrativa em Minas desde outubro, quando teve início o período chuvoso. Guaraciaba, na Zona da Mata, Inhapim, no Vale do Rio Doce, Maria da Fé e Itamonte no sul do Estado foram castigadas por inundações e enxurradas. Somente seis decretos foram reconhecidos pelo Estado até o momento. Outros 35 estão em análise.

Também comunicaram às autoridades prejuízos com as chuvas outras quatro cidades: Pains, na região centro-oeste, Santana do Deserto, na Zona da Mata, Alagoa e Itanhandu, no sul, registraram inundações nos últimos dias. A Defesa Civil encaminhou equipes para as cidades mais afetadas no sul de Minas e o governo estadual designou uma comitiva com três secretários de Estado para avaliar a dimensão dos estragos na região.

Para o sul e a Zona da Mata, a Cedec prevê nebulosidade variável e possíveis pancadas de chuva nas próximas horas. Desde novembro, em Minas foram registradas 16 mortes em decorrência dos temporais.

Rio. Hoje, o governador Antonio Anastasia (PSDB) determinou que Secretaria de Estado de Saúde preste atendimento imediato às solicitações encaminhadas pelo governo do Rio, oferecendo apoio médico-hospitalar às vítimas da tragédia que atingiu a região serrana fluminense.

A rede hospitalar conveniada ao SUS nos municípios de Além Paraíba e Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, ficará à disposição para receber pacientes vindos do Rio. De acordo com o secretário Antônio Jorge de Souza Marques, também serão disponibilizados médicos e ambulâncias para o atendimento das vítimas do estado vizinho.

**12 JAN**

## Mortos por chuvas no Rio chegam a 271

Com 130 mortes, Teresópolis decretou calamidade; três bombeiros morreram em Nova Friburgo

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mortos-por-chuvas-no-rio-chegam-a-271,665230,0.htm>

12 de janeiro de 2011 | 13h 06

RIO, TERESÓPOLIS e NOVA FRIBURGO - Um temporal na região serrana do Rio nesta madrugada provocou a maior catástrofe natural desde 1967 em um só dia no Brasil. Deslizamentos de toneladas de terra, quedas de pedras

gigantescas e enxurradas comparadas a tsunamis atingiram moradores, tomaram bairros inteiros e inundaram prédios em segundos. Regiões de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis ficaram destruídas ou tomadas pela lama, em um cenário semelhante ao provocado pelo furacão Katrina, que devastou a cidade americana de Nova Orleans, nos Estados Unidos, em 2005.

As prefeituras dos três municípios atingidos contam 271 mortes, mas admitem que o número de vítimas pode subir, pois equipes de resgate têm dificuldade de acesso aos locais dos desmoronamentos. Pelo menos três estradas que cortam a região precisaram ser interditadas parcialmente, o que atrapalhou ainda mais o acesso de homens da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

A região serrana é formada por montes cobertos pela Mata Atlântica, onde os solos são mais instáveis e mais propensos a deslizamentos. A construção de casas e prédios em vales, próximos a rios, também facilita a formação de enchentes. Em 1988, um temporal havia deixado 171 mortos em Petrópolis, na maior tragédia provocada pela chuva na região serrana até hoje.

Famílias inteiras morreram com a força da enchente ou com deslizamentos. Em alguns pontos, rios subiram até 5 metros e invadiram casas enquanto os moradores dormiam. Centenas de casas foram varridas pela terra que desceu as encostas, arrastando árvores e pedras.

Com ruas e estradas bloqueadas, equipes de buscas têm dificuldade para remover corpos ou tentar resgatar moradores presos sob escombros. A pedido do governador Sérgio Cabral, a Marinha colocou à disposição dois helicópteros para transportar homens e equipamentos do Corpo de Bombeiros para a região serrana. Partes das três cidades ficaram sem água, telefone e energia elétrica.

## Região Serrana do Rio registra duas mortes por causa das chuvas

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,regiao-serrana-do-rio-registra-duas-mortes-por-causa-das-chuvas,665118,0.htm>

Situação em Nova Friburgo e Teresópolis é classificada como caótica pelas autoridades locais; ruas estão inundadas, falta energia elétrica e número de mortos pode chegar a 12

12 de janeiro de 2011 | 8h 15

RIO - As intensas chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro desde a noite de terça-feira, 11, mataram pelo menos duas pessoas em Nova Friburgo. Entre as vítimas está uma criança que morreu após o desabamento de um prédio de dois andares na tarde de ontem. Duas pessoas foram socorridas com vida do local. Não há informações sobre o estado de saúde delas.

Estimativas iniciais apontam que o número de mortos pode chegar a 12, e a situação em Nova Friburgo e Teresópolis, que estavam sem luz até o início da

manhã, era classificada como caótica pelas autoridades locais. As ruas de Nova Friburgo estão inundadas.

Em entrevista à rádio CBN, o coordenador da Defesa Civil da cidade, coronel Roberto Robadey, disse que o volume de chuvas chegou a 260 mm em 24 horas - em janeiro de 2010, o volume foi de 180 mm. "Quem tiver passado a noite em lugar seguro e estiver isolado não deve sair", pediu.

O acesso à Região Serrana está dificultado por várias quedas de barreira na BR-116, que liga o Rio a Teresópolis, nos dois sentidos. Segundo o Corpo de Bombeiros, foram registrados cerca de 80 chamados na Região Serrana, sendo a maioria por deslizamentos de terra e inundações. A corporação informou que ainda contabiliza o número de feridos na cidade.

**11 JAN**

## Inpe alerta para perigos de deslizamentos na região serrana do Rio

Solo encharcado e previsão de mais chuva são principais motivos para aviso

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,inpe-alerta-para-perigos-de-deslizamentos-na-regiao-serrana-do-rio,664728,0.htm>

11 de janeiro de 2011 | 12h 19

Elizabeth Lopes - Agência Estado

SÃO PAULO - O Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba (SP), divulgou nesta terça-feira, 11, um boletim com alerta para riscos de deslizamento também na Região Serrana do Rio de Janeiro. O comunicado informa que a atuação de um canal de umidade deixa o tempo bastante instável no Estado.

"Há alerta, principalmente, para a Região Serrana fluminense. Devido às chuvas das últimas semanas, o solo encontra-se encharcado, logo, há riscos para deslizamentos. De acordo com o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), entre as 9 horas de ontem e 9 horas de hoje, foram acumulados 92 milímetros de chuva em Nova Friburgo".

Ontem, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que esteve em visita oficial ao Inpe, disse que uma das prioridades da gestão será o investimento na previsão de desastres climáticos, como enchentes e desmoronamentos. O Inpe, vinculado ao ministério, tem como uma das atribuições a previsão do tempo e o desenvolvimento de satélites. Na visita ao instituto, Mercadante disse que a capacidade de se antecipar a desastres naturais será ampliada com o uso de um supercomputador comprado recentemente, que entrou em funcionamento no fim de 2010

